

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**Uma abordagem sobre a construção da interface de
comunicação na transferência de conhecimento ao
produtor de leite**

Bruno Gaudereto Soares

2005



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA**

**UMA ABORDAGEM SOBRE A CONSTRUÇÃO DA INTERFACE
DE COMUNICAÇÃO NA TRANSFERÊNCIA DE
CONHECIMENTO AO PRODUTOR DE LEITE**

BRUNO GAUDERETO SOARES

Sob a Orientação do Professor
José Francisco Pereira Martins

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2005

373.2463

S676a

T

Soares, Bruno Gaudereto, 1968-

Uma abordagem sobre a construção da interface de comunicação na transferência de conhecimento ao produtor de leite / Bruno Gaudereto Soares. – 2005.

57 f. : il.

Orientador: José Francisco Pereira Martins.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia.

Bibliografia: f. 48-51.

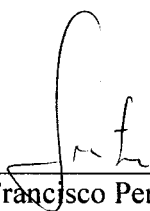
1 . Ensino agrícola - Teses. 2. Ensino profissional – Teses. 3. Trabalhadores rurais – Educação – Teses. 4. Trabalhadores em extensão rural – Teses. 5. Comunicação e educação – Teses. 6. Leite – Produção – Teses. I. Martins, José Francisco Pereira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

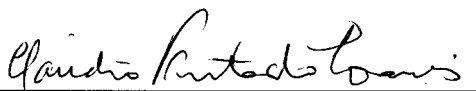
BRUNO GAUDERETO SOARES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Dissertação Aprovada em: 16/12/2005



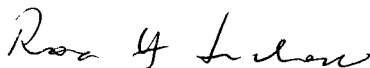
José Francisco Pereira Martins, Dr. UFRRJ



Claudio Furtado Soares, Dr. UFV



Sandra Barros Sanchez, Dra. UFRRJ



Rosa Helena Luchese, Dra. UFRRJ

A dinâmica do diálogo não traz implícita consigo a concordância, mas a tolerância das diferenças, onde se estabelecem os espaços de mediação.

Bruno Gaudereto Soares

Dedico este trabalho a meu irmão
Breno, que deixou saudades da sua
alegria de viver. Até um dia desses. Nos
espere na companhia do Pai.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde, consciência crítica e discernimento para trabalhar por um mundo melhor e mais fraterno.

A meus pais, Bartolomeo e Luci, por me dedicarem tamanho investimento de suas vidas, de forma determinante na minha formação humana, espiritual e moral, operando de forma incondicional para a minha realização e felicidade.

A minha esposa Mônica e minhas filhas Amanda e Carolina, por me apoiarem e motivarem nas minhas necessidades diárias, as quais nos roubaram alguns momentos de convivência familiar, posto o isolamento que me foi requerido. Amo vocês.

Ao primo, amigo e também meu segundo pai, José Silvério Bomtempo, que além da amizade e apoio, foi meu mestre nos primeiros passos na busca por me constituir como educador.

Aos amigos e companheiros de jornada deste curso e de trabalho, Mário Sérgio e Roberta, pelo apoio mútuo durante todo este tempo.

Ao amigo Marcos Pascoalino, pela oportunidade e por acreditar no meu trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Martins, por compreender as minhas limitações e pela disponibilidade em debater até a exaustão as minhas inconsistências. Também por ser o educador que descobri em você.

Ao Prof. Gabriel de Araújo Santos e Prof^a. Sandra Barros Sanchez, pelo empreendimento em um programa pioneiro, que resgata e valoriza a docência nas Instituições de Ensino Técnico e Tecnológico.

Aos amigos, José Geraldo, Geraldo Nunes, Carlos Henrique, Roselir, Arnaldo Júnior, Eli de Jesus, Adauto Lemos, Marco Antônio (Kil), Mauricio e Vanessa, pela disponibilidade e pelos diálogos sempre verdadeiros e profícuos.

Aos amigos e colegas de curso Walter, Claudete, Ricardo e Suzete, pelo companheirismo e apoio durante a jornada.

À Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e ao Helder Bomtempo Martins, por me abrirem seus respectivos espaços de trabalho para a realização dos estágios do programa.

Aos extensionistas da EMATER, José Nilton, José Alcir, José Barbosa, Orlando, José Xavier, José Domingos e Nelson Antônio pela disponibilidade em colaborar com a pesquisa, sem a qual não teria sido possível abordar as questões deste estudo pela ótica da extensão rural.

A todos os educadores, que desde a minha infância até o presente momento me privilegiaram com a sua interlocução e os desafios que solidificaram minha formação pessoal e profissional.

A todos aqueles que tendo a possibilidade de evoluir, de progredir, material ou intelectualmente, continuam sabendo ser e estar no mundo, pois cresceram também em sabedoria e em espírito. Que Deus me permita alcançar-lhes, para amar sempre mais ao próximo.

Sumário

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	1
REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1. O CENÁRIO DA ATIVIDADE LEITEIRA NO BRASIL	5
2.2. A REALIDADE DO TRABALHADOR RURAL BRASILEIRO.....	7
2.3. O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL RURAL.....	10
2.4. A ABORDAGEM LOCAL	11
2.5. A ABORDAGEM GLOBAL	11
2.6. A EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO.....	12
2.6.1. <i>Políticas para a educação</i>	13
2.6.2. <i>O investimento em educação</i>	14
2.7. COMUNICAÇÃO	15
2.8. A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL.....	17
2.8.1. <i>A comunicação e a formação das imagens</i>	18
2.8.2. <i>A comunicação verbal e não-verbal</i>	18
2.8.3. <i>Linguagem e significação</i>	19
2.8.4. <i>Linguística estrutural</i>	20
2.8.4.1. Língua e fala.....	20
2.8.4.2. Significado e significante.....	21
2.8.4.3. Sintagma e sistema.....	22
2.8.4.4. Denotação e conotação.....	24
MATERIAL E MÉTODOS.....	26
3.1. METODOLOGIA.....	26
3.1.1. <i>Construção do questionário</i>	26
3.1.1.1. Perfil e amplitude de atuação do extensionista.....	26
3.1.1.2. Perfil do assistido	26
3.1.1.3. Contexto da assistência	26
3.1.1.4. Dinâmica da assistência e linguagem instrucional.....	27
3.1.2. <i>Execução das entrevistas</i>	27
3.1.3. <i>Parâmetros de Análise de Respostas</i>	28
RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
4.1. EXPERIÊNCIA E AMPLITUDE DE ATUAÇÃO DO EXTENSIONISTA.....	29
4.2. PERFIL DO PRODUTOR RECEPTOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO.....	30
4.3. O CONTEXTO DA AÇÃO DE EXTENSÃO.....	34
4.4. DINÂMICA DA ASSISTÊNCIA	37
CONCLUSÃO.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
BIBLIOGRAFIA.....	48
ANEXOS	52
8.1. FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	53

Índice de Figuras

Figura 1.	Processo ensino/aprendizagem segundo BERLO (2003).....	16
Figura 2.	Dinâmica da semiologia.....	19
Figura 3.	Solicitação semiológica.....	20
Figura 4.	Imagem acústica e conceito.....	21
Figura 5.	Significado e significante.....	22
Figura 6.	Sintagma e sistema.....	23
Figura 7.	Sistema de significação.....	24
Figura 8.	Sistema de significação como plano de expressão de outro sistema.....	24
Figura 9.	Sistema de significação como plano de expressão do conteúdo.....	25
Figura 10.	Localização da região do estudo.	27
Figura 11.	Caracterização empreendedora percentual dos entrevistados.....	32
Figura 12.	Perfil empreendedor para os 10% maiores produtores.....	32
Figura 13.	Perfil empreendedor para os 10% menores produtores.....	33
Figura 14.	Classificação dos recursos que despertam maior interesse.	39

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Classificação mundial dos principais países produtores de leite bovino - 2004.	6
Tabela 2 – Formação e experiência dos extensionista.	29
Tabela 3 – Numero de propriedades atendidas pelos extensionistas e frequência	30
Tabela 4 – Relação entre a atividade produtiva, residência, renda e mão de obra nas propriedades.....	31
Tabela 5 – Relação entre produção media, mínima e máxima.	31
Tabela 6 – Capacidade empreendedora predominante e construção da interface.	34
Tabela 7 – Relação entre volume e qualidade x participação da mão-de-obra familiar.	34
Tabela 8 – Receptividade a novas informações técnicas e capacidades de transformação de informações em procedimentos tecnológicos	35
Tabela 9 – Recursos que despertam maior interesse no público alvo.	39
Tabela 10 – Estratégias/recursos instrucionais utilizados e qualidade do resultado	40
Tabela 11 – Impressão coletiva dos entrevistados sobre as estratégias/recursos instrucionais.	41
Tabela 12 – Impressão individual dos entrevistados sobre as estratégias/recursos instrucionais.	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPGL	Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agricultural Organization of the United Nations
FPR	Formação Profissional Rural
IN 51	Instrução Normativa 51
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNQL	Programa Nacional de Qualidade do Leite
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

RESUMO

SOARES, Bruno Gaudereto. **Uma abordagem sobre a construção da interface de comunicação na transferência de conhecimento ao produtor de leite**. Seropédica: UFRRJ.2005. 57 páginas (Dissertação, Mestrado em Educação Agrícola).

O presente trabalho lança um novo olhar sobre a questão da formação da mão-de-obra nas fazendas leiteiras, visando proporcionar uma atuação mais eficaz nas ações de educação direcionadas para sua profissionalização, descortinando as questões de ordem pedagógica e ideológica que condicionam a realidade do homem do campo e seu respectivo contexto socioeconômico, com vistas à garantia da segurança e qualidade do leite. O trabalho objetivou reunir subsídios a partir da compreensão do processo e da interface de comunicação nas ações de extensão rural, reunir elementos que permitiram traçar o perfil dos agentes participantes do contexto, visando servir de subsídio para a elaboração de novas propostas de linguagens de educação e formação profissional. Os elementos avaliados foram a formação e experiência do extensionista, o nível de conhecimento do trabalhador mediante a tecnologia e realidade atuais e, a partir das respostas, confrontada a adequação, a pertinência dos métodos e técnicas sob as quais o trabalho é desenvolvido. Destas incursões, foram reunidos elementos que permitem atuar sobre as questões que se interpõem à formação profissional rural, e apontadas as possíveis soluções de comunicação para moderar e solucionar as questões produzidas na interação entre trabalhadores que, na sua grande maioria, possuem baixo nível de formação. Percebeu-se a necessidade de alinhamento de habilidades e conceitos entre os agentes, com o objetivo de estimular uma postura mais empreendedora junto aos produtores rurais. O trabalho do extensionista é amplo e requer que seja eclético, que detenha uma série de competências, tanto na formação acadêmica quanto no uso de recursos e estratégias para a transferência do conhecimento. Neste sentido, depreende-se uma angústia entre os entrevistados diante do desafio que têm a superar, pela dimensão, diversidade e carências, sejam elas de recursos humanos ou materiais, quantitativas ou qualitativas.

Palavras-chave: educação agrícola, linguagem, formação, mão-de-obra e fazendas leiteiras.

ABSTRACT

SOARES, Bruno Gaudereto. **An approach to build a communication interface to transfer knowledge to dairyman**. Seropédica: UFRRJ.2005. 57 pages (Dissertation, Master Degree in Agricultural Education).

This dissertation discusses the qualification of labour force on dairy farms aiming a better efficiency on educational actions towards professionalizing the milk producer by exposing pedagogic and ideological questions that shape the reality of the labourer and his socioeconomic environment. The ultimate aim is to provide knowledge and procedures to guarantee safety and quality of milk. The work aimed to gather information from the understanding of the educational process and the current communication interface exercised by rural extension officials. Also aimed to gather information to trace the profile of the people directly involved in this educational process. The data gathered supplies information to the design of new proposal of educational languages and labour qualification. The appraised topics were the background and previous experience of the rural extensionist, the level of the farm worker's knowledge of the current technology and developments. The replies to the questionnaire were used to assess current methodology and techniques in use for this extension purposes. Some suggestions are made for more effective intervention on the farm labourer qualification, aiming better exploring communication skills, better interaction extensionist/labourer, and better management of the possibility of literacy problems of the extensionist target. It was observed a need for an alignment of abilities and concepts among the extension agents to better stimulate the entrepreneur approach of the dairy farmer. The extensionist work is broad and has to be kept widely eclectic, exploring a series of competences in the academic formation and in the use of resources and strategies for and effective knowledge transfer. The assessment of the data collected have shown a concern among the extensionists about the challenge they have to overcome, that is too large in dimension and diversity, and provided by insufficiently developed educational resources.

Key words: agricultural education, language, formation, labor and milk farms.

INTRODUÇÃO

A maioria dos problemas ligados à qualidade do leite têm origem em procedimentos inadequados de manejo das condições higiênico sanitárias do rebanho, das instalações, da operação e qualidade dos equipamentos e utensílios, da saúde e treinamento do ordenhador ou retireiro. Estes problemas, de natureza técnica, trazem impactos negativos sobre a economia e estrutura social, afetando desde o produtor, que tem sua produtividade e a valorização de seu produto reduzidos, e ao consumidor, que fica susceptível à falta de segurança alimentar gerada na cadeia de produção. Sendo, portanto, de interesse de toda a sociedade.

Além da segurança alimentar, pode contribuir para a fixação do trabalhador rural na sua origem e atividade, garantindo-lhe a oportunidade de trabalho e melhorando sua qualidade de vida.

Ações que atuem na base do problema, na formação do trabalhador que, conseqüentemente, atua na produção e obtenção do leite, podem oferecer resultados profícuos, de forma pragmática, em um curto espaço de tempo, condizente com a realidade de cada região.

A normatização da atividade leiteira e o ajustamento da cadeia

A nova legislação que regulamenta a produção de leite no Brasil tem como propósito criar as condições necessárias para assegurar a eficiência econômica e segurança alimentar no contexto leiteiro, da produção ao consumo, além da abertura de novos horizontes de exportação. Contudo, sua implementação em um contexto produtivo diverso como o brasileiro requer propostas que se estendam para além das metas e prazos.

O Programa Nacional de Qualidade do Leite – PNQL – normatiza a atividade e estabelece metas e prazos que respeitam a conjunção sócio-econômica das diferentes regiões do país. Entretanto, não tem alcançado a eficácia a que se propôs, pois não foi amparado por ações paralelas que propiciassem suporte à implementação da qualidade do leite e à estruturação do setor leiteiro, principalmente em relação ao pequeno produtor.

A falta de um plano estratégico que contemple a diversidade social e econômica e de uma proposta de reestruturação do programa, no sentido de agregar ações de formação do trabalhador que atua na produção de leite, em última palavra, tem resultado na exclusão do pequeno produtor da atividade, o qual não possui capacidade financeira e técnica para cumprir os requerimentos e metas previstas no PNQL.

O próprio Ministério da Agricultura, ao flexibilizar os padrões já afixados na IN 51 e dilatar prazos para o cumprimento de metas, admite que existe um descompasso entre as propostas da instrução e a realidade do pequeno produtor rural. *“No dia 1º de julho último, data em que entrou em vigor a Instrução Normativa nº. 51, o setor leiteiro foi avisado pelo Dipoa - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a decisão de se estabelecer um prazo de seis meses para a adequação dos parâmetros de qualidade do leite, definidos na nova regulamentação. Com isso, as ações de fiscalização terão caráter provisoriamente educativo, visando orientar e monitorar produtores e indústrias.”*(Rentero, 2005).

No mesmo artigo, citando uma declaração de Priscilla Bagnatori Rangel, chefe da Divisão de Leite do DIPOA, RENTERO (2005) informa que as exigências da nova regulamentação referem-se “...*basicamente, à sanidade do rebanho leiteiro e à higiene, fatores essenciais ao processo produtivo, independentemente de normas...*”, e passa a admitir o transporte de leite cru em latões em temperatura ambiente, atrelando esta opção ao cumprimento dos requisitos de qualidade do regulamento técnico específico e ao prazo máximo de duas horas após a ordenha para a entrega do leite à indústria. Segundo o autor, esta decisão foi motivo de frustração para a parcela mais abastada do segmento, incluindo-se técnicos e dirigentes, remetendo a tomada de decisão à pressão exercida pelas entidades que representam os interesses dos pequenos produtores.

É bem verdade que os prazos determinados para implementação da IN 51 são razoáveis, entretanto, faltaram ações paralelas conjunantes que lhes assegurassem o cumprimento. Estas ações deveriam suprir justamente as carências econômico-financeiras e a requalificação do trabalhador e o amplo acesso à informação, em que pese a diversidade do contexto rural.

A diversidade socioeconômica foi certamente o fator que determinou a aceitação, implementação e êxito do programa em muitos estados e regiões, como também o contrário. Não se deve, pois, suprimir essa diversidade e muito menos deixar de rever as estratégias. Certamente, não serão sucessivas dilatações de prazo que irão apontar ou oferecer a mediação destes limites. Mas a efetiva atuação sobre suas causas no suporte financeiro, tecnológico e, principalmente, educacional.

Em termos práticos, a introdução de novos requisitos em uma estrutura produtiva descompassada com estes novos paradigmas da produção do leite tem trazido sérios prejuízos à cadeia, enfraquecendo o setor. A indústria, na busca pela qualidade, rejeita o leite das associações de pequenos produtores que se formaram para viabilizar a aquisição dos equipamentos de refrigeração, obrigatórios para a produção. A falta de qualificação da mão-de-obra nestes casos é o principal entrave, e pode ser comprovada pela baixa qualidade microbiológica do leite nos tanques comunitários.

A rejeição do leite produzido pelas associações, em algumas bacias leiteiras, se deve à baixa qualidade da matéria prima, que contém proteases termorresistentes, enzimas responsáveis por prejuízos nas fábricas de leite UHT e queijarias. Essas enzimas são produzidas por microrganismos psicrófilos que contaminam o leite na sua origem devido à falta de técnicas adequadas de manejo e de higiene na produção. A dificuldade na identificação dos fatores qualitativos que pesam sobre esta questão, deve-se à inexistência de métodos rápidos para a seleção do leite, capazes de identificar a presença de proteases termorresistentes em um curto espaço de tempo e a um custo viável.

Para solucionar estes problemas, o setor precisa de políticas que sejam capazes de oferecer suporte econômico, técnico e logístico aos produtores de leite. Que abordem a formação de pessoal, a adequação das instalações de produção e armazenamento, o controle de pragas e doenças, a operação de equipamentos, o registro e a documentação.

O produtor falha ao tentar implementar a sua produção em uma infra-estrutura improdutiva, um sistema de manejo ultrapassado e utilizando técnicas inadequadas. Mas tais falhas se devem à falta de suporte financeiro, técnico e de uma formação que possa lhe propiciar a qualificação necessária ao exercício da atividade sob a regência do novo paradigma.

Objetivamente, a introdução de boas práticas e a adoção de procedimentos operacionais padronizados, através de um programa de formação orientado para o trabalhador rural, podem trazer modificações substanciais deste quadro, contribuindo de forma decisiva para a melhoria da qualidade da matéria prima, para sua valorização e para a manutenção do pequeno produtor na sua atividade.

Tais objetivos podem ser alcançados por ações de formação e educação, amparadas por instituições de forte base técnica e científica, articuladas em programas sociais sustentados por parcerias entre as instituições públicas e privadas envolvidas com a cadeia do leite. “... estas soluções, estratégias e ações terão de estar centradas na formação profissional do homem do campo, suprindo, sobremaneira, suas necessidades de conhecimento, aquisição de capacidades ainda não aprendidas e de habilidades que a atividade requer ou o mercado demanda.” (VOLPI e BRESSAN, 2001).

Na maioria das vezes, os termos e conceitos necessários a transmissão, reconhecimento, implantação ou implementação dos requisitos técnicos, veiculados nos meios de comunicação, se valem de palavras e/ou conceitos intangíveis para o público a que se destina. Principalmente se considerarmos a diversidade cultural abrigada pela língua portuguesa no Brasil, expressa nos regionalismos, este fator se torna mais determinante.

Assim, é oportuno, ao longo da implementação dos novos paradigmas e a partir das determinações legais ou dos fatores subsidiadores daquilo que se pretende comunicar, produzir estas adaptações junto aos principais centros de pesquisa e ensino das respectivas regiões. Pois estes se encontram inseridos no contexto social e cultural em questão.

Certamente, amearhar os fatos necessários a esta análise e reuni-los em torno de uma proposta que seja significativa e transformadora, sem perder de vista a pertinência ao contexto, não é tarefa simples, haja vista a heterogeneidade dos fatores que pesam sobre o desenvolvimento de uma proposta capaz de mediar a pluralidade cultural abrigada pela língua portuguesa em seus regionalismos.

Não cabe aqui buscar a mudança das respectivas linguagens, mas alinhar os pressupostos técnicos e científicos de tal forma que eles se tornem acessíveis à segmento social e cultural a que se destinam. Naturalmente, a partir da incorporação destes novos paradigmas, mudanças serão produzidas neste contexto, mas ocorrerão de forma natural, sem a ruptura dos valores de identidade da cultura. Como parte de um processo de assimilação, acomodação e retorno. Um processo social, cultural, vivo, como em um organismo. Assumir a cultura como um valor fundamental é uma premissa incoercível neste trabalho. Desenvolver uma proposta que reconheça a cultura como um bem profundo e íntimo de um povo.

Os recursos da comunicação devem ser entendidos como mediadores do processo, devendo abranger, conforme as necessidades e especificidades de cada etapa, aos níveis verbal e não-verbal, onde pesam a linguagem e os sistemas de significação que esta contém. Onde os sistemas identificados e propostos para a interlocução dos agentes participantes cumpram efetivamente a função de veicular mensagens que tenham significado, que sejam sensibilizadoras e produzam transformações. Estes sistemas podem se dar no plano conotativo, nas interações do trabalho de campo, ou denotativo, na veiculação da informação pelos materiais didáticos (textos, cartazes, cartilhas, vídeos, etc.).

A despeito da capacidade humana de adaptação, a sociedade de reúne e norteia seu desenvolvimento apoiada na sua cultura, de tal forma a produzir um laço e uma identidade que se torna a sua razão de ser. Assim, toda e qualquer proposta deve estar alinhada com estas motivações, valores e necessidades. O confronto será certamente o prenúncio da derrocada de qualquer empreendimento.

A exemplo, as cidades de Rio Pomba, Mercês, Silveirânia, Tabuleiro, Guarani e Tocantins, localizadas na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, estão inseridas em um contexto social e cultural que efetivamente necessitam ser considerados na implementação de quaisquer ações nas suas comunidades rurais, posto que o “mineiro” é conhecido e marcado culturalmente por sua desconfiança em relação ao novo ou desconhecido, o que os torna menos susceptíveis à sua adoção. Esta premissa encontra

respaldo, por exemplo, no fato de que em todo o país os requisitos da Instrução Normativa 51, que trata da regulamentação da produção do leite, já estão sendo cumpridos, ao passo que em Minas Gerais o programa está com cronograma atrasado, especialmente na Zona da Mata Mineira, o que pôde ser verificado junto ao Ministério da Agricultura, Serviço de Inspeção Federal, Representação Regional de Inspeção Federal em Juiz de Fora/MG, por comunicação pessoal em julho/2005, bem como nas flexões que o Ministério da Agricultura tem demonstrado nas dilatações de prazos para adequação dos sistemas de produção de leite.

Características semelhantes ou mesmo com perfil cultural diferenciado, mas equivalente em sua relevância, possuem nas suas peculiaridades, necessidades de abordagem e linguagem que lhes considerem e respeitem no contexto estabelecido.

Desta forma, este trabalho se propõe a pesquisar e abordar os fatores relativos a formação da linguagem para que se possa constituir suporte a projetos de formação profissional capazes de atingir resultados práticos junto ao trabalhador que atua na produção do leite, auxiliando e pautando a transcrição dos paradigmas higiênico-sanitários em técnicas instrucionais e recursos didáticos em uma linguagem acessível ao trabalhador rural.

Para identificar estes fatores, o trabalho será desenvolvido a partir da perspectiva do extensionista, o profissional que atua na transmissão de informações e tecnologias ao produtor rural.

“Sendo o trabalhador rural oriundo de realidades culturais e sociais diversas, é a interface de comunicação um fator limitante para o treinamento profissional?”

Objetivos

Detectar a interferência da qualidade da interface de comunicação nas ações de formação do trabalhador rural que atua na produção de leite.

Objetivos específicos

Identificar as principais dificuldades relativas à comunicação encontradas nos trabalhos de extensão e difusão de informações e tecnologias junto ao trabalhador rural que atua na atividade de produção de leite.

Identificar as limitações impostas pela linguagem, considerados os diferentes meios de sua manifestação.

Relacionar os fatores limitantes à formação profissional rural impostos pela comunicação, observados nos diversos perfis de formação e educação do trabalhador rural.

REVISÃO DA LITERATURA

As questões ligadas à cultura e ao contexto social já foram apontadas em outros trabalhos desenvolvidos na região, os quais, mesmo que com um foco mais global da cadeia, puderam notar este tipo de característica. A exemplo, VIEIRA (2002) em seu trabalho sobre o gerenciamento da cadeia de suprimentos na Zona da Mata de Minas Gerais, no segmento de laticínios, faz menção a esta característica, percebida principalmente junto aos produtores de leite da região. *“A cultura e as atitudes prevalecentes entre os produtores de leite na meso-região é muito mais conservadora do que as das Empresas. Isso faz com que qualquer tentativa de aumento de integração deva ser precedida por um cuidadoso trabalho de conscientização. Para esse trabalho, as cooperativas singulares e os sindicatos de produtores poderiam ser de grande valia. Para as Empresas de tradição familiar, a cultura conservadora sugere um empecilho à sua evolução diante do mercado, ...”* (VIEIRA, 2002).

Em que pesem as razões ligadas e dependentes do fortalecimento da economia, e ao fato de que o programa se propõe a organizar e estruturar o segmento, na essência, o atraso nestas regiões se deve, em grande parte, aos fatores culturais, e podem produzir resultados desastrosos no contexto social com a efetiva exclusão dos pequenos produtores, justamente aqueles que possuem os mais fortes vínculos culturais, da sua atividade, agravando o quadro de carência existente.

A partir da aplicação da ferramenta de pesquisa puderam ser auferidas respostas que permitiram delinear o cenário em que se dá a ação de extensão e os fatores ligados à comunicação determinantes para receptividade e implementação de novas tecnologias na produção de leite.

2.1. O cenário da atividade leiteira no Brasil

O setor leiteiro é reconhecidamente um importante segmento da cadeia agroindustrial brasileira, responsável por aproximadamente R\$ 8 bilhões do PIB em 2001 (ocupando o quarto lugar em valor bruto da produção), empregando 3,6 milhões de pessoas na produção primária de forma permanente. O Brasil é o 6º maior produtor mundial de leite, produzindo cerca de 4,5% do da produção mundial, como pode ser observado na Tabela 1. *“No Brasil, o segmento de laticínios é o mais expressivo da indústria de alimentos. Em 2001, o setor obteve um faturamento da ordem de US\$ 8,00 bilhões, correspondentes a 1,59% do PIB nacional, de US\$ 504 bilhões, e a 16,78% das vendas totais das indústrias de alimentos do País, estimadas em US\$ 47,67 bilhões.”* (Informativo: INDI/P1/AI/001/EP-/05/03).

Com uma taxa média de crescimento de 4% ao ano na última década, a produção saltou de 15,1 bilhões de litros por ano em 1991 para 23,32 bilhões em 2004.

A tabela 1, publicada pelo CNPGL/EMBRAPA, com base em dados da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), permite observar o posicionamento do Brasil no *ranking* internacional da produção de leite.

Tabela 1 – Classificação mundial dos principais países produtores de leite bovino - 2004.

	Países	Produção de Leite (mil t) 2004	Percentual do	
			Total	Acumulado
1º	Estados Unidos	77.565	15,0	15,0
2º	Índia	37.800	7,3	22,3
3º	Rússia	30.850	6,0	28,3
4º	Alemanha	28.000	5,4	33,7
5º	França	24.200	4,7	38,4
6º	Brasil	23.320	4,5	42,9
7º	Nova Zelândia	14.780	2,9	45,8
8º	Reino Unido	14.600	2,8	48,6
9º	Ucrânia	13.700	2,7	51,3
10º	Polônia	12.400	2,4	53,7
11º	Itália	10.730	2,1	55,8
12º	Holanda	10.700	2,1	57,9
13º	Austrália	10.377	2,0	59,9
14º	México	9.950	1,9	61,8
15º	Argentina	8.100	1,6	63,4
	Outros Países	188.765	36,6	100,0
	T O T A L	515.837	100,0	

Fonte: FAO

Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

<http://www.cnppl.embrapa.br/producao/dados2002/producao/tabela0212.php>

Por outro lado o setor tem apresentado um fator de custo na geração de postos de trabalho reduzido, agregando um emprego permanente a cada aumento na demanda por leite e derivados de cerca de R\$ 5.080,78 (Informe Econômico do Leite - CNPGL/EMBRAPA - Dezembro/2001).

O ano de 2004 é um marco para o mercado de lácteos do Brasil, que se firma como exportador neste segmento. “Em 2004, as exportações somaram US\$95,3milhões (68,24 toneladas), contra US\$ 83,9 milhões (55,90 toneladas), deixando um saldo positivo de US\$11,400 milhões. Esses dados são da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura. ...O Brasil importa lácteos desde 1970. No auge do Plano Cruzado (1986) adquiriu o equivalente a 18,5% da produção nacional, enquanto no Plano Real (1995) as importações representaram 19,3%. Em 2004, esse percentual caiu para 1,3%.” CAVALCANTE (2005).

O equilíbrio da relação entre a importação e a exportação de lácteos é outro fator que merece atenção, sendo importante ressaltar que “...a cada redução de importação de lácteos de U\$ 2.039 um emprego permanente é gerado no Brasil...” (Informe Econômico do Leite – CNPGL/Dez/2001). Neste sentido, o primeiro passo já foi dado, manter e ampliar estes resultados são metas prioritárias para a consolidação de mais uma vitória do agronegócio brasileiro.

Segundo o mesmo informe, há que se considerar também o baixo consumo “per capita” observado no Brasil, que tem se mantido por volta de 73 litros/brasileiro/ano ou 200 mL/dia. Na área de derivados, o brasileiro consome em média 2,7 kg/ano contra 20kg/habitante/ano nos países europeus e 11 kg na Argentina. Estes fatores apontam para o potencial de crescimento deste mercado, mediante a melhoria do poder aquisitivo, bem como para a necessidade do segmento produtivo estruturar-se para atender ao aumento da demanda (Informe Econômico do Leite – CNPGL/Dez/2001).

A consecução destas metas requer o posicionamento estratégico do setor, com adoção de políticas que se estendam muito além da regulamentação legal. As atividades precisam ser vislumbradas de maneira integrada e sistêmica, de forma a gerar a sustentabilidade e a eficiência econômica que tornará o país auto-suficiente no mercado local e competitivos no mercado global.

A sustentabilidade e competitividade dos sistemas de produção é uma constante que necessita ser planejada desde a base da cadeia, perpassando pela garantia da manutenção dos componentes da base produtiva, inclusive no contexto ambiental, até sua estruturação econômica e financeira. Isto significa compatibilizar e sincronizar toda a cadeia, da produção ao consumo, em níveis nacionais e/ou internacionais.

É importante e oportuno mencionar que, a média nacional de lactação por animal é baixa e somente com a tecnologia disponível atualmente, aliada a grande disponibilidade de terras, seria facilmente aumentada em níveis substanciais. Segundo dados do IBGE, o Brasil contava em 2003 com um rebanho leiteiro de 19,2 milhões de cabeças, que produziram um total de 22,2 bilhões de litros de leite respectivamente, o que aponta para uma média diária nacional de apenas 3,17 litros/animal/dia. Faz-se necessário considerar que, esta media não expressa a quantidade média real produzida pelas matrizes bovinas do rebanho brasileiro, pois foram utilizados dados que relacionam a totalidade do leite produzido com o rebanho integral, o qual compreende, além das matrizes, bezerros, garrotes, novilhas e touros, os quais não participam efetivamente da produção. Apesar de pouco expressivos no contexto interno, estes dados são reveladores, e apontam o potencial do país no cenário mundial.

Considerando ainda que os principais produtores mundiais encontram-se no limite de seus sistemas produtivos, seja no nível tecnológico ou mesmo na ocupação das áreas produtivas, o futuro do segmento é promissor, mas dependerá da forma como será estruturado ao longo dos próximos anos.

Estes fatores indicam que o segmento lácteo brasileiro ainda tem muito a se desenvolver, tanto na questão tecnológica como na ampliação de mercados, interno e externo. Para isso, precisa de uma proposta de desenvolvimento calcada e voltada para as condições socioeconômicas existentes.

2.2. A realidade do trabalhador rural brasileiro

A modernização do segmento agropecuário brasileiro, principalmente a partir da revolução verde, também chamada agricultura industrial, produziu uma estrutura social perversa e excludente, promovendo o êxodo social e a concentração da terra e da riqueza produzida. Principalmente para aquelas atividades compromissadas apenas com os interesses da balança comercial. *“Uma das grandes transformações ocorridas na nossa agricultura, a partir dos anos 50, foi resultado da implantação da chamada Revolução Verde –RV, cujo pacote tecnológico básico se montou a partir das sementes de Variedades de Alto Rendimento – VAR e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançassem níveis crescentes de produtividade.”*CAPORAL (2005). *“Podemos afirmar que, do ponto de vista tecnológico, a agricultura industrial representa um modelo baseado em três pilares fundamentais: 1) agroquímica; 2) motomecanização; e 3) manipulação genética.”* JESUS (1996).

Para estabelecer uma analogia, pode tomar-se emprestada a questão da Agroecologia junto à agricultura brasileira, buscando vislumbrar a forma como tem se desenvolvido o contexto rural no Brasil, apontando alguns fatores que levaram a constituir a realidade do setor da forma como está posta hoje.

O modelo de agricultura conhecido como moderno atende aos requerimentos do modo capitalista de produção, adotando práticas de implementação dos solos que modificam sua dinâmica natural, levando a exaustão da matéria orgânica, alterando definitivamente a ciclagem dos nutrientes, levando a um processo de dependência da adubação química. Este processo não pressupõe a sustentabilidade do sistema, haja vista

que os recursos adotados para implementação nutricional do solo provêm de um modelo extrativista, não havendo garantias sobre a contínua disponibilidade dos mesmos.

Caracteriza-se pela monocultura e a utilização massiva de defensivos químicos, os quais contaminam o próprio alimento, as terras, as águas e o ambiente em geral, uma vez que a dinâmica de propagação e os efeitos (a curto, médio e longo prazos) destes produtos químicos, quando da sua disseminação eram poucos conhecidos pela classe dos produtores rurais.

Também demanda grande aporte de recursos energéticos, utilizando principalmente energia fontes de carbono fossilizado, que não faz parte do ciclo de carbono atual, aumentando o efeito estufa e as alterações climáticas decorrentes deste processo.

Este modelo de agricultura é caro e privilegia aqueles que detêm os recursos financeiros para executá-lo e participar da estrutura econômica na qual está inserido, constituindo fator de exclusão do pequeno agricultor, já que a produtividade e os respectivos custos são incompatíveis com o modelo vigente.

A longo prazo, este modelo tem trazido danos ao meio ambiente e às sociedades, que são por vezes irreversíveis, acirrando as discrepâncias sociais através do acúmulo do capital, pela exploração e empobrecimento das massas, comprometendo a sobrevivência das gerações futuras.

Assim, a agricultura saltou para uma escala industrial, fortemente marcada pelos sistemas intensivos de produção.

De forma semelhante, o segmento da pecuária, principalmente a de leite, indissociavelmente, tem encontrado grande dificuldade de ajustamento aos novos paradigmas da produção. *“Primeiramente, ocorreram as transformações internas às fazendas, onde a modernização dos processos produtivos e o desenvolvimento dos mercados trouxeram especializações para o produtor nas atividades de agricultura. A revolução industrial levou para fora da fazenda muitas atividades produtivas mais elaboradas. Posteriormente, no período de pós-guerra houve uma aceleração da industrialização dos produtos alimentícios que passaram a ser adquiridos no mercado ao invés de produzidos na própria fazenda. Logo precisaria integrar também instituições governamentais que regulamentassem regras para comercialização e distribuição destes produtos. Além disso, com um parque industrial moderno, as indústrias passaram a fornecer máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, entre outros para dar suporte a nova fase da agricultura.”* (VIEIRA, 2002).

Uma grande massa de trabalhadores rurais, desprovida de acesso a recursos de tecnologia e linhas de financiamento condizentes com a realidade econômica do pequeno produtor, sem acesso a educação e a informação, ao longo dos anos, foi convertida em mão-de-obra assalariada. *“A industrialização da agricultura, suporte do aumento da produtividade agrícola, é representada por todo tipo de maquinaria, implementos e insumos modernos que advêm das agroindústrias. Os modernos implementos agrícolas, se por um lado auxiliam o processo de produção, por outro causaram e causam desemprego e êxodo rural dentro de um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, como o do Brasil.”* MENEZES NETO (1997).

Ainda, segundo MENEZES NETO (1997), esta realidade de exclusão, fica ainda mais evidente quando denotamos este quadro de modernidade no setor posto ao lado de uma massa de trabalhadores excluídos, hoje representada pelo Movimento dos Sem-Terra – MST.

Assim, o agronegócio brasileiro, a cada ano alcança novos recordes, rebocando o Produto Interno Bruto – PIB – através da produção agropecuária, e do sacrifício de muitos excluídos, espectadores do progresso de uns poucos.

Segundo o artigo “O agronegócio brasileiro – Desempenho, mercados e potencialidades”, publicado na Revista de Política Agrícola, da Secretaria de Política Agrícola/Ministério da Agricultura¹, o segmento é responsável por 34% do PIB e 32% dos empregos gerados. “...o Brasil extrai a riqueza que há pelo menos 10 anos ancora a nossa economia. Além de contribuir para o crescimento do País, a produção agropecuária transformou-nos numa das principais plataformas mundiais do agronegócio. Hoje, o setor representa 39% das exportações brasileiras, 34% do Produto Interno Bruto (PIB) e 37% dos empregos - cerca de 17,7 milhões de postos de trabalho.” RODRIGUES (2005).

Este fato pode ser observado nos dados de duas publicações consecutivas da Revista de Política Agrícola. Constata-se que, a cada ano a produção agrícola galga um novo recorde.

Contudo, não se deve pressupor que o pequeno produtor irá desaparecer. A despeito das modificações do cenário produtivo. *A verdade é que o pequeno produtor sobrevive, desafiando explicações que, aparentemente, se baseiam em modelos lógicos.* (GOMES, 1995)

No mesmo artigo, GOMES (1995), aponta três possíveis desdobramentos para o produtor mediante as modificações do cenário produtivo do segmento lácteo, os quais vão da expropriação total com ingresso como mão-de-obra no mercado de trabalho, na mesma atividade ou não, produção de subsistência com pouca sensibilidade às variações de mercado e, finalmente, a sua transformação em pequeno empresário, quando passa a perseguir os mesmos objetivos dos grandes produtores, variando estes ajustamentos conforme o ambiente econômico de cada região. Ressalta ainda que, nesta perspectiva o produtor necessita focar a redução de custos como instrumento para a competitividade, onde o aumento de lucro não se dará pela elevação dos preços.

Uma abordagem semelhante é adotada por SORIO Jr. e HOFFMANN (2005), que propõem a adoção de sistemas alternativos menos dependentes dos paradigmas dos sistemas intensivos, com menor demanda de capital investido, com menor demanda de fontes de nutrientes e insumos externos, com a manutenção de animais em ambientes mais saudáveis, mais alinhados com a demanda por produtos mais naturais de origem conhecida, até mesmo como vantagem de mercado, o que se refletirá em redução do custo de produção, trazendo a discussão para o âmbito de análise da produtividade, onde pesa a relação entre o faturamento e o custo e sua viabilidade mediante o mercado consumidor. Assim, as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor estão relacionadas, na verdade, com o alto custo dos sistemas adotados, que são dependentes de tecnologias, suplementos nutricionais, insumos, instalações e equipamentos caros, incompatíveis com as possibilidades do pequeno produtor. Em que pese a possibilidade de melhores preços no mercado, esses aumentos não se mostram suficientes para suprir os altos custos envolvidos na produção do leite. Não se deve subestimar a importância do pequeno produtor, que compõe grande parcela daqueles envolvidos no segmento, onde a possibilidade de exclusão dos mesmos da sua respectiva atividade pode produzir resultados sociais desastrosos, e que nada acrescentaria de bom ao quadro atual do Brasil rural ou mesmo urbano.

Em um artigo intitulado “Afim, qual é o custo do leite?”, GOMES (2000), busca estabelecer uma relação entre o nível de especialização dos animais e o impacto sobre o custo da produção. Neste artigo o aumento de custo é relacionado com a genética dos animais e seu respectivo custo de investimento e manutenção. Assim, nos sistemas que adotam animais mestiços, e portanto mais rústicos e menos exigentes, se evidencia o menor custo de produção. “Nos últimos anos, tenho determinado custos de diferentes sistemas de produção, desde os de gado azebuado (menos de 1/2 HZ) até os

¹ Revista de Política Agrícola/SPA/MA/ Edição de out/nov/dez/2004.

de gado puro holandês. Ao agrupar esses sistemas em três classes, de acordo com a raça e com o grau de sangue dos rebanhos, as participações mais freqüentes da venda de leite na renda são as seguintes: em torno de 90% para os sistemas de gado puro holandês; em torno de 80% para os de gado mestiço (variando de 1/2 HZ a PC), e em torno de 70% para os de gado azebuado (menos de 1/2 HZ).” GOMES (2000).

A riqueza auferida com esta produção tem se prestado ao atendimento do equilíbrio da balança comercial, não estando, necessariamente, alinhada com a promoção do pequeno produtor e daqueles que compõem a massa braçal, relegando uma outra parcela à exclusão total da cidadania, e em muitos casos, dos mais básicos direitos humanos.

Trata-se, portanto, de buscar alternativas de menor custo, as quais são, invariavelmente, menos intensivas, e de se romper com o mito de que a produtividade está diretamente atrelada à quantidade.

2.3. O impacto da globalização no contexto social rural

A globalização não acontece da mesma forma para todos. O mercado consumidor é globalizado, mas a riqueza não. E para atingir seus objetivos, o capital, nas suas diversas representações e manifestações, lança mão de qualquer instrumento para disseminar e impregnar as sociedades com a ideologia que corrobora para sua hegemonia. A mesma simplicidade aparente da mensagem que veicula não é suficiente para descortiná-la a percepção daqueles aos quais subjuga. *“É dessa maneira que se prepara uma sociedade de escravos, aos quais só a escravidão conferiria um estatuto. Mas para que se entulhar de escravos, se o trabalho deles é supérfluo? Então, como um eco àquela pergunta que “emergia” mais acima, surge outra que se ouve com temor: será “útil” viver quando não se é lucrativo ao lucro?” FORRESTER (1997).*

O texto acima pode ser confirmado nos fatos do cotidiano global, onde os sistemas de produção se tornam cada vez mais voláteis e descompromissados para com a realidade local e as necessidades humanas. A própria discussão sobre eutanásia ganha força nos dias de hoje, principalmente nos países “desenvolvidos”. Não justifica manter custos com quem já não produz o suficiente para se manter.

Apesar da interdependência dos sistemas financeiros e dos mercados, os países em desenvolvimento, ou ainda em estágio inferior, encontram grande dificuldade em auferir vantagens que venham a equilibrar as diferenças, pois sua produção, na grande maioria, é composta por produtos “in natura” ou manufaturados de baixo valor agregado, encontrando ainda restrições tarifárias que muitas vezes inviabilizam sua negociação nos mercados mais promissores.

Por outro lado, também são os que mais sofrem com as crises de mercado e das bolsas, pois suas economias são consideradas de alto risco para investimentos, os quais, muitas vezes, são atraídos a custas do pagamento de altas taxas de juros, provocando sangria dos cofres públicos e aumentando o endividamento do país.

Considerando que grande parte dos recursos auferidos com exportações nestes países, assim como no Brasil, são provenientes da produção agropecuária, o contexto rural é fortemente atingido pelas oscilações do mercado global, alterando drasticamente o quadro socioeconômico rural, para melhor e também para pior. A exemplo, podem ser tomadas como referências os embargos gerados pelos problemas sanitários no segmento da pecuária de carne, agravados pela necessidade de descarte dos planteis. Embora atingido grandes e pequenos, e havendo previsão de restituição em valor monetário, o período de interrupção propicia outros desdobramentos, originados pela paralisação do segmento e daqueles que matem relação de interdependência, resultando ainda em perdas de postos de trabalho no contexto urbano e rural.

Desta forma, a globalização é certamente promotora da democratização de riquezas e conhecimentos, mas também de crises, onde aqueles com menor suporte econômico se encontram mais susceptíveis aos efeitos produzidos.

2.4. A abordagem local

É necessário delinear bem a paisagem sobre a qual se pretende atuar, para formular as questões certas e auferir a verdade, e não um reflexo distorcido. De outra forma, é pouco provável que se veicule mensagem necessária e que se deseja para compor um cenário de mais esperança.

É oportuno salientar, que ter ou adotar uma abordagem local não implica na sua análise desvinculada do contexto mundial, o que constituiria uma visão por demais simplificada deste paradoxo. Tampouco se trata de promover uma visão apocalíptica, de um cenário perverso e irreversível.

É bem verdade que existem instrumentos perversos nesta grande engrenagem, mas cabe não perder a perspectiva de que o homem traz consigo uma grande capacidade de superação das dificuldades, muitas das mesmas produzidas por ele próprio. No entanto, é prudente lembrar que uma postura mais comedida pode evitar que o homem seja agente da própria desgraça.

Dentro deste paradoxo, cumpre buscar respostas sobre “...como preservar a identidade própria e coesa em um contexto de fragmentação da subjetividade?” Bourdin (2001). “Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que grupos populares com quem trabalho fazem seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte.” FREIRE (2003).

2.5. A abordagem global

Neste novo cenário, prevalecem estratégias de submissão econômica, que tornaram a economia mundial susceptível as crises de mercados específicos. Vale acrescentar que este fator é por vezes utilizado para subjugar e manter sobre controle o crescimento dos chamados “Países Emergentes”, principalmente aqueles com potencial de reverter a ordem da distribuição das riquezas na escala mundial.

Segundo SERVAES (apud. CIMADEVILLA, 2002), existem fatores que são de extrema importância para a compreensão das relações entre a comunicação para o desenvolvimento. Estas questões devem considerar fatores tais como a desregulamentação dos mercados, que reduz fortemente o poder de intervenção do Estado sobre as questões econômicas, deixando estas por conta da acomodação do próprio mercado, excluindo, dessa forma a possibilidade de equiparação em relação aos diferentes estágios de desenvolvimento entre as nações. Esta relação é desigual e injusta, pois, países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento ainda não dispõem de tecnologia e base econômica que lhes garantam concorrer em condições de igualdade na escala global. Como no Brasil, exceções existem, mas ocorrem a custa da exclusão de pequenos agricultores e degradação ambiental.

Pesam ainda os mecanismos de empatia e mobilização múltipla, capazes de conduzir a contextos e desdobramentos desconhecidos. O novo colonialismo estende seus braços através da supressão cultural e econômica, pela disseminação de valores não condizentes com as diversas realidades onde se desenvolvem estas relações e da anulação do poder que cada Nação deveria ter sobre o seu processo de desenvolvimento e da sua estrutura socioeconômica, respectivamente. Isto é possível “graças” ao ciclo de interdependência que se estabelece quando da abertura dos mercados, que se colocam a

mercê de oscilações econômicas e financeiras de uma grandeza com a qual estão definitivamente descompassadas.

Outro aspecto tange ao fluxo de informação, é que este flui de forma rápida e contínua nos modernos meios de comunicação.

Embora a mensagem objetiva seja de que a informação é hoje o grande patrimônio da humanidade como ferramenta para o desenvolvimento, de modo subliminar o fluxo não é recíproco naquilo que é crítico e determinante na hegemonia do conhecimento. Ou seja, o conhecimento de ponta, produzido nos grandes centros de pesquisa não é socializado como o mundo, e sim presta-se como reforço às discrepâncias entre as realidades das nações, principalmente na relação vertical que se estabelece e é manifesta nas relações comerciais e nos tratados de cooperação. A bem dizer, assistimos ao contínuo e crescente domínio, apropriação e acúmulo de riquezas, que vão desde a riqueza monetária propriamente dita, passando pela exclusividade do conhecimento científico e até o patenteamento do patrimônio natural da vida nas suas diversas expressões.

Vale recordar o fato recente do manifesto estampado nos meios de comunicação brasileiros como intitulado “*O Cupuaçu é nosso!*” (2005), contra o registro comercial do nome cupuaçu como marca da empresa japonesa Asahi Foods, publicado no site do Greenpeace.

É, pois, evidente a necessidade de dotar a sociedade com instrumentos libertários, que a proteja das incursões dos grupos hegemônicos sobre os interesses comuns. Isto posto, a educação apresenta-se como o mais efetivo instrumento, passível de retro-alimentação e aprimoramento contínuos, para adequação às sempre novas ideologias que se interpõem na trajetória evolutiva das sociedades.

2.6. A educação como agente de transformação

A educação é sem dúvida o único agente capaz de introduzir mudanças profundas e duradouras na estrutura das sociedades humanas. Constitui, pois, um fator preponderante ou mesmo limitante para estas. “... o homem se sabe inacabado e por isso se educa... está em constante busca.”... “Quando o ser humano pretende imitar a outrem, já não é ele mesmo. Assim também a imitação servil de outras culturas produz uma sociedade alienada ou sociedade-objeto. Quanto mais alguém quer ser outro, tanto menos ele é ele mesmo.” FREIRE (2005).

As ações de educação precisam ser abordadas nas suas diversas instâncias e contextos, de forma que se possa estabelecer metas e linhas de ação adequadas a cada uma delas, para que sejam auferidos os objetivos estabelecidos no planejamento. “Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem.” FREIRE (2005).

Para tanto é preciso conhecer profundamente o contexto em que se dará cada ação, ainda mais quando considerada a grande variabilidade de nuances que possam assumir em uma realidade tão diversa e em um território tão amplo, de dimensões continentais como o do Brasil.

Pesa em favor, a relativa harmonia da linguagem, tão bem conjugada e compreendida nos rincões e nos grandes centros urbanos, respeitadas pequenas variações da dialética determinada pela cultura e pela realidade socioeconômica. Variações pequenas, mas importantes quando consideradas a seriedade das questões que pesam sobre o propósito deste estudo e a complexidade dos pressupostos que se pretendem introduzir mediante a falta de sintonia entre a linguagem popular e aquela pertencente ao léxico próprio do conhecimento técnico e científico. Mediação é a palavra mais adequada para esta questão.

Neste sentido, é oportuno colocar de forma clara que se trata de profissionalizar o homem do campo. De colocar em suas mãos instrumentos e métodos eficazes de produção, capazes de alçá-lo em condições de igualdade no mercado globalizado. Inserí-lo no compasso do desenvolvimento, mas sem perder o compromisso com a manutenção da sustentabilidade e a justiça social. Constituí-lo das ferramentas necessárias para que este possa ser agente de transformação de si mesmo, reintegrando-o na sociedade, com melhor qualidade de vida, fruto do pleno exercício da cidadania. *“Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra.”* FREIRE (2003).

Não se trata de promover o assistencialismo. Ações paternalistas tendem ao aviltamento da capacidade de participação e mobilização das sociedades. Mas é mister prover oportunidades às massa segundos as opções que emergem das suas necessidades e possibilidades. *“A consciência criadora e comunicativa é democrática.”* FREIRE (2005).

Muitos são os paradigmas por serem superados em favor de outros mais compatíveis com os contextos globais e locais atuais. Eles se estendem desde a qualificação do capital humano, a disponibilidade de subsídios estruturais e econômicos, a forma como o processo é validado, a adoção de tecnologias compatíveis e condizentes com cada realidade, o nível de formação e informação envolvido, a maior valorização da base primária no processo produtivo (no contexto humano e material), assistência técnica respaldada pela prática cotidiana do ambiente onde será implementada. *“É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa qual se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos... , se é de formação de mão-de-obra técnica.”* FREIRE (2003).

Para sensibilizar o trabalhador e suscitar a mudança, é preciso fazê-lo enxergar para além das suas próprias mazelas, com as quais convive diuturnamente na busca pela sobrevivência. Ele deve perceber, que a despeito dos obstáculos deve avançar. Contudo, isso não se dará pela simples transmissão bancária de informações, de forma vertical, afinal, como todo indivíduo, o trabalhador rural, visto como educando, não é mero repositório passivo de informações. Sua consciência e comprometimento resultam do conhecimento sobre a própria realidade.

2.6.1. Políticas para a educação

A consecução de metas educacionais necessitam estar respaldadas por políticas governamentais que ofereçam suporte as ações, passando pela mobilização das estruturas sociais sob as quais exerce poder, para que estas corroborem a articulação das ações e propostas.

Entretanto, políticas para a área de educação devem nascer do conhecimento da realidade local e de suas necessidades, prevendo a criação de mecanismos de proteção contra as manifestações da ideologia do capital, quando visto como bem primeiro e absoluto, sejam elas discretas ou explícitas nos pacotes econômicos e nas “recomendações” de Instituições financeiras que, invariavelmente, representam os interesses mercantilistas, sem o viés democrático possível no capitalismo.

Portanto, é mister assumir a educação como instrumento incoercível da promoção social, econômica e cultural, contemplando-a como objeto primeiro em todas as instâncias de políticas públicas e principalmente no arcabouço próprio do sistema educacional público e privado.

O desprestígio da classe docente e a redução dos investimentos produziu nos últimos anos um quadro temerário e uma geração inteira de analfabetos funcionais que tenderá a se propagar e a agravar o quadro atual se a educação não for assumida como

instrumento fundamental da estruturação social. Urgem ações de requalificação e valorização dos profissionais de educação, bem como a ampliação e melhoria das estruturas e espaços escolares. Os programas existentes ainda produzem resultados tímidos face a proporção do problema.

São necessárias ações de curto, médio e longo prazo. Neste contexto, é oportuno ressaltar que as ações de longo prazo são, talvez, aquelas de maior importância, visto que nelas serão consolidadas as bases mais sólidas, duradouras e mais profundas, mas que apenas começarão a ser percebidas a partir da formação completa das gerações que as receberem desde a primeira escola. De modo geral, estas ações não podem ficar restritas ao espaço escolar, estendendo-se aos demais espaços urbanos e rurais, de forma diferenciada aos respectivos públicos e necessidades.

Inequivocamente, todo este contexto necessita do respaldo de educadores brasileiros, provenientes dos seus diversos territórios, que são os verdadeiros conhecedores das reais necessidades de suas respectivas regiões e do contexto educacional, devendo ainda estar amparados pelo apoio incondicional das instituições públicas e da classe política, com suporte legislativo, jurídico e executivo.

2.6.2. O investimento em educação

A percepção da educação como investimento precisa ser instituída da noção de que ela é um instrumento poderoso para a transformação do cenário local, de modo profundo e efetivo. Ela tem sido objeto de pesquisas nos campos da economia e da sociologia, constituindo fator determinante do desenvolvimento de uma sociedade.

Trata-se também, de compreender este investimento como uma aplicação de longo prazo, que deverá contar com tempo e capital suficientes para atender às ações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos resultados.

Nos tempos modernos, pode constituir fator de inclusão ou exclusão social, proporcionando ou não, quando da sua falta ou desatualização, acesso ao mercado de trabalho e às condições de dignidade humana e laboral advindas dessa relação. Este fator se torna mais premente quando o contexto de foco é o meio rural.

Um bom exemplo de ação estruturada e bem alinhada para com o contexto rural é aquela desenvolvida por Instituições como o SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que possui estrutura de subsídio própria, mecanismos de apoio e suporte pedagógico, metodológico e técnico, desenvolvidos de forma articulada com as demais Instituições de apoio e fomento, contando com Instituições de ensino técnico, empresas públicas de extensão rural, órgãos governamentais e associações de classes. Através das chamadas ações de “Formação Profissional Rural”, FPR, as quais possuem enfoque na promoção social, norteados por princípios e diretrizes compromissadas com o desenvolvimento e bem-estar social, promovendo os processos democráticos capazes de alçar o trabalhador ao pleno exercício da cidadania. As ações são realizadas de acordo com a demanda de cada comunidade, a qual de forma participativa elege suas prioridades. O processo operacional das ações leva em consideração as políticas de desenvolvimento socioeconômico em nível nacional, estadual e municipal, prevendo de forma racional a mobilização de recursos financeiros, humanos e materiais. Cabe ainda salientar a sequência de Planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle realizada por equipes de supervisão, propiciando *“feedback”* às ações. Por outro lado, possui metodologia de ensino própria, através da qual o Instrutor atua na mediação do processo ensino/aprendizagem como facilitador, proporcionando ao participante não somente a apropriação do conhecimento, mas a capacidade de *“aprender a aprender”*. Isto requer uma abordagem que se estende desde a competência do instrutor, calcada no seu conhecimento teórico e prático, bem como ao domínio do contexto pedagógico, da

abordagem, linguagem, gestual e manutenção dos elementos de empatia e motivação. A motivação é um elemento de grande importância dada a pouca disponibilidade de tempo e a baixa auto-estima observada na grande maioria dos trabalhadores do contexto rural. O trabalhador deve tomar consciência das mudanças que ocorrem na sua relação com o mundo e com o trabalho após a ação educacional pela qual terá passado.

Outras ações são necessárias, permitindo uma atuação múltipla e mais abrangente sobre a questão, mas devem igualmente ser estudadas, planejadas, estruturadas, executadas e avaliadas.

Em grande parte, o êxito das ações de formação promovidas pelo SENAR são resultado do bom alinhamento das necessidades do trabalhador rural dentro de uma linguagem que contempla o seu contexto regional e sua formação prévia. Eis, pois, que a questão da comunicação se mostra essencial.

2.7. Comunicação

O termo comunicação tem origem na palavra latina “*communicare*”, que significa pôr em comum, remetendo à convivência, que, por sua vez, implica na existência de dois ou mais agentes, entre os quais há interações com o propósito de veicular uma mensagem. Para que se efetive a comunicação, é necessário que haja a compreensão da mensagem ou discurso. Ao conhecimento comum dos elementos que a constituem a mensagem designamos como linguagem.

Vista como processo, contempla fenômenos de natureza contínua, que indicam uma construção susceptível a mudança, ao ajustamento. Se aprimora continuamente nas seqüências de eventos que ocorrem nos planos verbal e não verbal, mas que ao mesmo tempo de complementam, se misturam e produzem algo sempre novo, e cria novas possibilidades que expandem e enriquecem a cultura humana.

Assim, podem ser apontados três principais elementos: o emissor, o discurso e o receptor. Ainda podem ser agregados outros elementos, tais como o canal de propagação da mensagem, o meio utilizado, a resposta e o ambiente, podendo este último trazer interferências externas ao contexto.

O emissor escolhe o meio como o qual deseja se comunicar como o receptor a partir daquilo que entenda como sendo a melhor forma de influenciar o receptor. Este meio é constituído de sistemas de códigos com os quais se pretende produzir da resposta desejada, a compreensão da mensagem.

O receptor é o agente da interlocução que decodifica a mensagem, a partir das similaridades existentes entre os agentes do processo. Isto implica no domínio comum dos códigos utilizados, variando o grau de entendimento conforme o nível de domínio sobre os signos de ambos os agentes, neste caso quando da decodificação.

A mensagem pode ser veiculada por diversas formas, mas só será compreendida quando seus elementos forem compartilhados, seja no discurso, na escrita, nas representações gráficas, no gestual ou mesmo na fisionomia. “*Pelo menos três fatores precisam ser levados em conta na mensagem: 1) o código; 2) o conteúdo e 3) o tratamento.*” BERLO (2003).

Segundo BERLO (2003), ao se discutir o código, o conteúdo e o tratamento como fatores da mensagem, podem ser distinguidos os elementos de cada um como se estruturam.

Outros elementos importantes na comunicação são o canal por onde a mensagem é veiculada e o sistema que lhe dá suporte. Estes podem se constituir nas diversas estratégias de abordagem por onde a mensagem é propagada e os respectivos sistemas empregados na sua propagação.

Desta forma, segundo o modelo dos ingredientes da comunicação, em BERLO (2003), os elementos da comunicação podem ser agrupados na seguinte sequência:

- Fonte: que compreende as habilidades comunicativas, as atitudes, o conhecimento, o sistema social e sua respectiva cultura;
- Mensagem: o tratamento dado entre o conteúdo e o código;
- Canal: visão, audição, tato, olfato e paladar;
- Receptor: igualmente à fonte, compreende as habilidades comunicativas, as atitudes, o conhecimento, o sistema social e a cultura.

Fonte e receptor são os interlocutores, os quais devem ter um perfil semelhante de habilidades comunicativas, atitudes e conhecimento, além de partilharem um mesmo sistema social e cultura. Mediante estas condições é que se dará a interação, mediante estímulos e respostas recíprocas, com maior ou menor grau de significância. A aptidão dos interlocutores para a comunicação será determinante para o grau de apreensão da mensagem, constituindo aprendizagem na medida em que esta tenha significado para o receptor e este consiga novamente emitir uma resposta que corrobore o seu entendimento sobre conteúdo da mensagem. Assim, o estímulo é decodificado, interpretado, codificado e traduzido em uma resposta, sendo que a resposta é consequência da qualidade da decodificação feita pelo receptor. *“Podemos definir estímulo como qualquer evento que o indivíduo é capaz de perceber.”... “a resposta é qualquer coisa que o indivíduo faça como resultado da percepção do estímulo.”* BERLO (2003).

Existe, então, uma relação de interdependência, que é afetada pelo contexto social e cultural em que ocorre a comunicação, pois estes determinarão, em grande parte, as habilidades e comunicativas dos interlocutores e suas respectivas qualidades. Num processo de ação e reação, de onde se origina o termo *“feedback”*, o qual se aplica em sentido mútuo, pois na interação a relação de ação e reação desencadeia um processo sucessivo. *‘Quando um indivíduo comunica-se consigo, as mensagens que codifica são devolvidas ao seu sistema pelo seu decodificador – é a isso que chamamos de feedback.’... “O feedback proporciona à fonte informação referente ao seu sucesso na realização de um objetivo e, ao fazer isso, exerce controle sobre futuras mensagens que a fonte venha a codificar.”* BERLO (2003).

A figura 1 é uma reprodução de um modelo esquemático do processo ensino/aprendizagem apresentado por BERLO (2003), e ilustra bem esta relação onde está inserido o *“feedback”*.

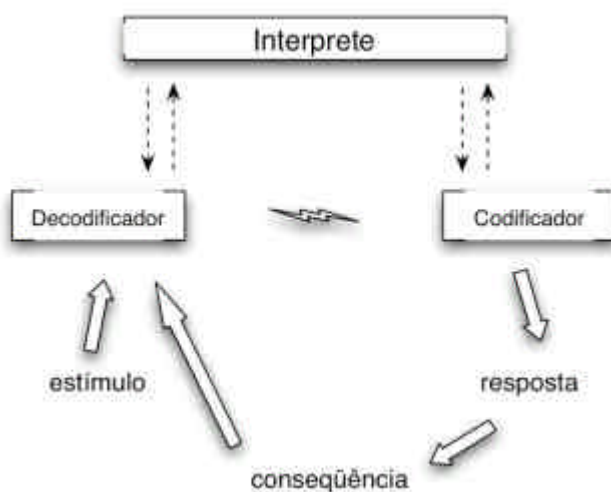


Figura 1. Processo ensino/aprendizagem segundo BERLO (2003)

Outro aspecto importante na comunicação, que também se alinha com este trabalho, diz respeito às relações de empatia envolvidas no processo. Isto ocorre mediante o atendimento das expectativas que os interlocutores depositam na interação, no “*feedback*” esperado do outro. Emissor e receptor, projetam um no outro imagens conceituais que, de forma alternada mas equivalente em relevância, antecipando as respostas possíveis, as quais podem corresponder ou não às suas expectativas. Assim, dependendo das respostas produzidas no contexto comunicativo, as relação de empatia deverão variar da simpatia à antipatia, de afinidade ou não. Nos interessa identificar os elementos que estabelecerão as relações de simpatia, mas é igualmente importante conhecer aqueles que conduzem para a antipatia, de forma a contorna-los da melhor maneira possível, neste caso, quando do contexto rural.

2.8. A comunicação no contexto educacional

A comunicação é instrumento para o compartilhamento do conhecimento e da tecnologia. O agente integrador e mediador entre conhecimento empírico e científico, para a conjugação de soluções próprias e condizentes com cada realidade, para que esta interação resulte no melhor desenvolvimento possível, sem que isto represente “sair do envolvimento”. Em outras palavras, promover a evolução das instâncias sociais sem lhes roubar a identidade própria.

Vivendo na era da comunicação é importante lembrar que, na essência, educar é também uma questão de boa comunicação, sem o que a mensagem não pode ser emitida e compreendida satisfatoriamente. Há que se ter sintonia entre o agente emissor e o receptor, em sentido mutuo.

Segundo MESQUITA (1997), citando RECTOR e TRINTA (1985), a investigação da comunicação é complexa e deve abranger aos níveis da comunicação verbal e não verbal, as quais interagem de forma indissociável, de tal forma que, ao mesmo tempo é fenômeno e constitui função social. Desta forma, torna-se evidente sua relevância no contexto da educação vinculada ao fazer, principalmente artístico e profissional, onde são requeridas habilidades específicas e precisas.

É essencial a percepção sobre o outro e sobre a forma como apreende, o modo pelo qual interage com o meio e se apropria do conhecimento nas experiências que vivencia. Neste contexto, qual será a relevância do texto e a do gesto?

As acepções que incidem sobre contexto da comunicação, tecnologia e desenvolvimento são múltiplas, e requerem avaliação sobre os reflexos das incursões nos seus respectivos eixos, a saber, cultural, social, político e econômico. Isto se deve as diversas conjunções e circunstâncias sobre as quais se pretende atuar. Inclusive aquelas advindas das novas interações, que poderão ser passíveis ou não de previsão, haja vista que é difícil estabelecer um modo de ação que satisfaça a todas estas variações.

Desta forma, ainda que movidos pela forma consciente, comedida e metódica do cientificismo, tal interação não exclui a possibilidade de ser permeada pela cultura local. Ao contrário, esta precisa ser considerada e incorporada, para que se consiga ressoar a mensagem pretendida. Para que o dito não equivalha a não-dito pela simples e absoluta falta de sentido que a mensagem possa ter no respectivo contexto.

Na verdade, a mensagem contextualizada irá compor um cenário, uma quadro, através do qual os interlocutores constituirão um ou mais significados.

2.8.1. A comunicação e a formação das imagens

O impacto da comunicação de massa sobre a formação de imagens sociais é ressaltado por SERVAES (2002) no trecho abaixo, no qual faz uma abordagem sobre a comunicação em uma perspectiva culturalista para a mudança social. *“En un principio (hasta los años cincuenta) se llevaban a cabo discusiones de alto vuelo sobre la influencia diabólica y directa de los medios y sobre sus consecuencias desastrosas para la dignidad del hombre.”* SERVAES (2002)

O processo de formação da imagem própria do cidadão passa de forma inequívoca pela comunicação. Desta forma, muito daquilo que é fonte de subjugação e dominação ideologia, refletindo na imagem que o cidadão constitui de si próprio, é fruto do processo pelo qual a mensagem lhe é repassada, consciente ou inconscientemente, hoje de modo mais premente pelos meios de comunicação de massa.

A que se trabalhar a baixa auto-estima, para que se possa suscitar a receptividade e a motivação necessárias a rupturas das amarras ideologias, dos dogmas culturais e religiosos, para a transposição das dificuldades sociais, econômicas e financeiras.

No estágio atual de desenvolvimento da civilização humana, a questão da comunicação é especialmente preocupante, principalmente aquela direcionada às massas, as quais invariavelmente ignoram ou suprimem propositalmente as nuances culturais ou as questões relativas ao respeito da dignidade humana em favor do interesse do capital.

Não podemos deixar de reconhecer sua efetividade e abrangência, bem como não há como negar os danos que tem causado ao cerne social, a família. Fator este que pode ser percebido até no ambiente escolar na forma pouco diligente, e às vezes agressiva (retórica ou física), como a qual muitos educandos tratam colegas e professores.

Considerando que uma das características principais do pequeno produtor rural é a mão-de-obra familiar, e que este trabalho pretende atuar sobre o contexto da formação e educação nesta mesma instância, é oportuno e pertinente abordar esta questão.

2.8.2. A comunicação verbal e não-verbal

Embora constitua um campo de estudo muito amplo, é pertinente abordar alguns dos seus diversos e complexos aspectos, como forma de propiciar melhor argumentação para a discussão sobre as questões da formação de linguagens.

Desta forma “... a mensagem é a unidade de comunicação e a interação entre dois indivíduos ocorre quando uma série de mensagens é intercambiada...” (MESQUITA, 1997) entre os agentes, que hora atuam como emissores ou receptores, alternada e simultaneamente.

A mensagem é, pois, veiculada através de uma série de códigos verbais e não-verbais que se complementam e remetem a um sentido mais amplo e completo. Na sua veiculação são empreendidas as mais diversas formas e habilidades da expressão humana, estando sua efetividade fortemente ligada à qualidade com a qual o emissor se manifesta, bem como sobre a forma e os instrumentos com os quais o receptor conta para captar e compreender.

Isto posto, é essencial que o emissor seja conhecedor das limitações e/ou potencialidades do receptor, o que lhe permitirá estabelecer estratégias para efetivar a comunicação naquilo que é, principalmente, intencional, o seu propósito.

Assim, interagir não implica necessariamente em influenciar o outro, mas fazer-se compreender. A mudança será consequência da significação que a mensagem possa ter para o receptor primário, a quem se pretende, intencionalmente, motivar, influenciar.

A intenção tem expressões na forma da comunicação e foco no propósito, devendo a primeira se articular para que se atinja a segunda, sendo, neste caso, o meio. Assim, é preciso ter bem delineadas as questões sobre as mensagens as quais se pretende transmitir, para que se possa estabelecer estratégias para, efetivamente, fazer com que sejam compreendidas.

As estratégias podem implicar em fragmentação da mensagem, em ações de contexto gradativo e complementar, conforme o nível de complexidade e da mensagem ou a preparação do receptor para a interação com respectiva mensagem.

2.8.3. Linguagem e significação

Linguagem é uma faculdade da fala humana, que se utiliza de um ou mais sistema de signos, os quais podem ser percebidos pelos sentidos humanos, isolada ou conjuntamente, com o objetivo de estabelecer a comunicação entre os indivíduos. “...a língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” SAUSSURE (2004).

A língua é, ao mesmo tempo, um acervo lingüístico e instituição social, que constituem uma realidade sistematizada e com funções específicas e complexas, mas que essencialmente se postulam como mecanismos eficientes para a resolução das questões advindas da interação sociais.

Semiótica é a ciência geral dos signos. Compreende o estudo de todos os sistemas de signos, os quais são utilizados como recursos nos processos de comunicação. A figura 2 é uma representação esquemática, elaborada a partir dos conceitos sobre semiologia.

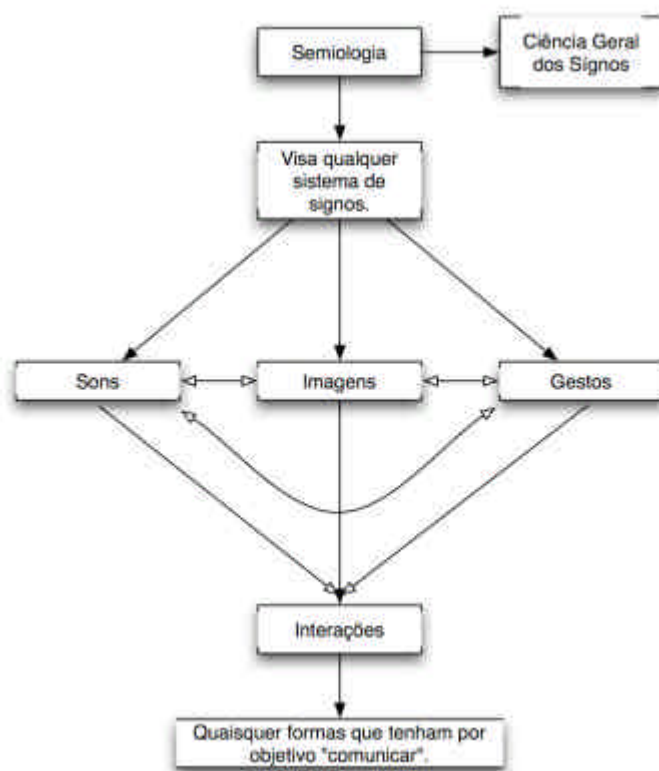


Figura 2. Dinâmica da semiologia

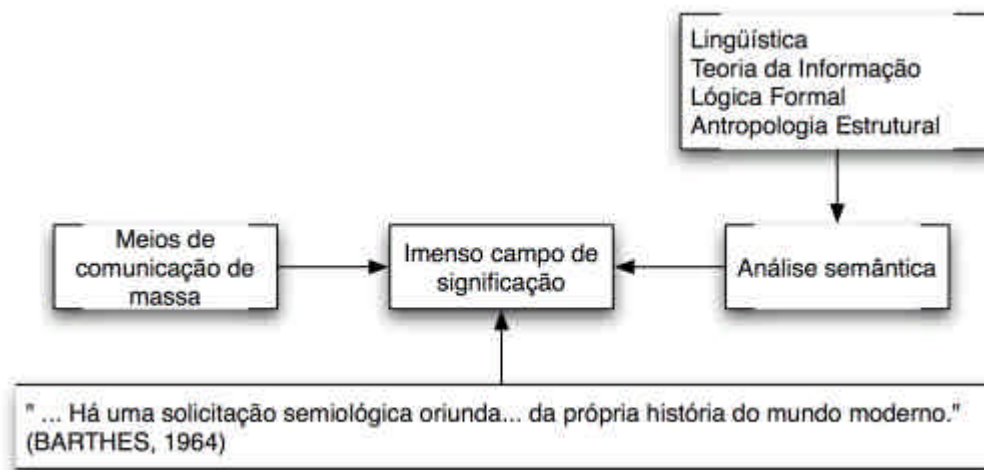


Figura 3. Solicitação semiológica

Segundo BARTHES (2003), a pesquisa semiológica tem para com o mundo uma responsabilidade humana, histórica, filosófica e política.

A percepção sobre o significado de uma substância visual é recortada pela língua, com seu conjunto de ícones e significados, o que constitui a linguagem. Neste caso, compreendida como todo o conjunto de componentes empreendidos como o intuito de verdadeiramente comunicar. “... *episódios que significam sob a linguagem, mas nunca sem ela.*” BARTHES (2003)

2.8.4. Lingüística estrutural

Em seu trabalho, BARTHES (2003), agrupa os Elementos da Semiologia em quatro grandes rubricas originárias da Lingüística Estrutural, os quais serão pertinentes explorar, a saber:

- *Língua e fala;*
- *significado e significante;*
- *sintagma e sistema;*
- *denotação e conotação.*

No mesmo parágrafo ressalta, ainda, um traço dicotômico binário presente no discurso das ciências humanas de forma geral, citando que este foi notado por M. Cohen em 1958², ao que sugere se tratar de algo que poderia ser designado como “o imaginário intelectual de nossa época”.

2.8.4.1. Língua e fala

A língua constitui, ao mesmo tempo, um sistema e instituição de uma cultura. Um contrato coletivo que nos permite comunicar e exprimir por diversas formas os nossos infindáveis pensamentos, sentimentos, emoções e tudo aquilo que possamos

² “Linguistique moderne et idealisme”, in: Reserches intern., maio, 1958, n.º 7

constituir como ato de criação contemplado dentro do conjunto de signos de comum domínio.

É permeada por uma face individual e outra social, mas só é língua quando seus signos e conceitos pertencem ao domínio comum, ou seja, são socializados. É pois, impossível se constituir sem os dois elementos. “... *é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.*” SAUSSURE (2004).

Entretanto, língua é somente uma parte da linguagem, resultado de convenções e produto social.

Enquanto a linguagem assume múltiplas formas, irregulares, anormais, a língua se caracteriza justamente por constituir um conjunto de classes, de forma ordenada, convencional. O que não exclui a possibilidade de socialização e incorporação de alguns de seus aspectos irregulares, sendo este é um fator causador de transformações na língua.

Além das convenções da língua, a linguagem utiliza recursos de expressão tais como a fonação, entonação e expressões visuais (expressões faciais e gestuais), bem como o conjunto de conceitos produzidos e estruturados através da língua.

Implica na atuação de no mínimo dois indivíduos, que se alternam na interação da forma ativa à passiva, como primordial para a existência da interação, da comunicação. Ambos são agentes de transmissão e recepção dos recursos de linguagem empreendidos, físicos e fisiológicos, externos, psíquicos ou não, presentes de forma simultânea e compondo o quadro ao qual designamos como comunicação.

Assim, a fala é todo o conjunto de manifestações individuais, que emprega os recursos da língua de forma articulada a outras formas de expressão, que permite a comunicação entre os indivíduos.

2.8.4.2. Significado e significante

Segundo SAUSSURE (2004), o signo une um conceito a uma imagem acústica, uma imagem sensorial ligada a uma representação material. Neste sentido, as palavras são imagens acústicas ligadas a estas impressões psíquicas, constituindo as duas faces do signo, conforme representado na figura 4. Onde o conceito é o significado e a imagem acústica o significante.

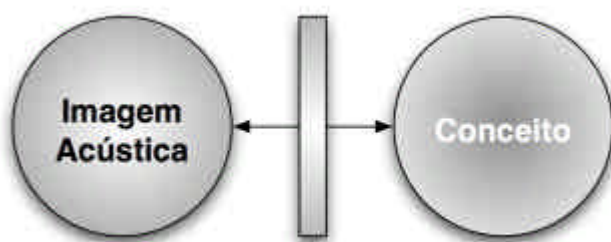


Figura 4. Imagem acústica e conceito

A imagem acústica pode remeter ao conceito ou ao signo propriamente dito como ícone de expressão. Ou seja, o conjunto pode remeter a uma relação direta entre dois elementos, a imagem e sua impressão, mas quando combinados podem oferecer um outro significado, a exemplo de um código baseado em cores. Esta característica ambígua pode assumir formas imprevisíveis, dependendo do contexto e da cultura onde os signos estão inseridos. Desta forma, um signo pode ser empregado para atribuir uma característica ou novo significado a outro elemento que em si possui significado

próprio, ampliando as possibilidades da comunicação e conferindo novos elementos à imagem psíquica.

Segundo BARTHES (2003), estes signos podem estar circunscritos no contexto verbal, gráfico, icônico ou gestual, e sua interpretação tanto pode ser direta como estar integrada a um contexto mais amplo da comunicação. Deste modo, pode codificar parte ou a totalidade da mensagem.

O signo é, pois, uma representação conceitual, e consensual, de algo que pertence a outra instância do mundo real ou imaginário, aceito ou não pelo senso comum. Desta forma, não pode haver significado para algo que não tenha sido compartilhado no conceito comum de um grupo de indivíduos, variando seu significado conforme o contexto em que é adotado. Na verdade, é como se enxergássemos a face por trás do espelho, mesmo estando diante de outra imagem refletida, sendo a primeira o significado e a segunda o significante, como pode ser observado na representação da figura 5.

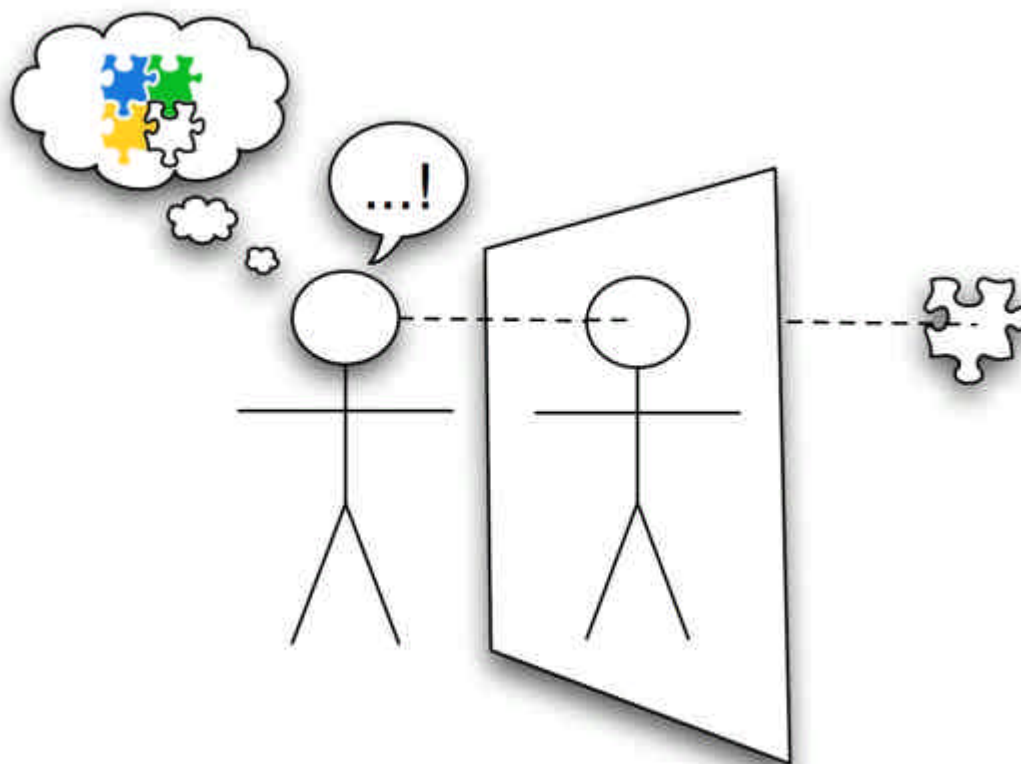


Figura 5. Significado e significante

2.8.4.3. Sintagma e sistema

Um sintagma resulta da articulação entre dois signos em uma mesma cadeia linear, sendo composto por duas ou mais unidades consecutivas, sendo que um atribui ao outro algum valor ou característica adicional. Na sua origem grega remete a composição, contribuição, constituição.

SAUSSURE (2004) o especifica ao nível da linearidade, referindo-se a termos presentes a termos presentes em uma mesma série efetiva, não chegando a constituir um paradigma, o qual requer uma relação associativa em um contexto mais amplo. “Saussure dá o exemplo célebre da coluna dórica para ilustrar a diferença entre relações sintagmáticas e paradigmáticas: “Segundo este duplo ponto de vista, uma unidade linguística é comparável a uma determinada parte de um edifício, a uma coluna, por exemplo; esta encontra-se, por um lado, numa certa relação com a arquitrave que suporta: este ajustamento de duas unidades igualmente presentes no espaço lembra a relação sintagmática; por outro lado, se essa coluna é ordem dórica, ela evoca a comparação mental com as outras ordens (jônica, coríntia, etc.), que são elementos não presentes no espaço: a relação associativa” 41.” FIDALGO (2005).

De forma semelhante, um segmento resultante da evolução de estilo de um mesmo modelo de equipamento (ex.: computadores) compõe um sistema, e o conjunto dos diferentes modelos de equipamentos desta mesma empresa em um mesmo espaço compõem um sintagma. Logo abaixo, a figura “Sintagma e Sistema” ilustra bem esta relação.

Neste sentido, o sintagma é muito próximo á fala, pois o dialogo não se desenvolve com a sobreposição de variações de uma mesma palavra, mas com a combinação de diferentes palavras. Ou seja, a combinação de vários signos diferentes para compor o diálogo.

Entretanto, segundo BARTHES (2003), Saussure não o considerava como um fato de fala, porque existem alguns sintagmas cristalizados (ex.: olha só!) que se postulam de forma paradigmática, inflexível, subtraindo a liberdade da fala.

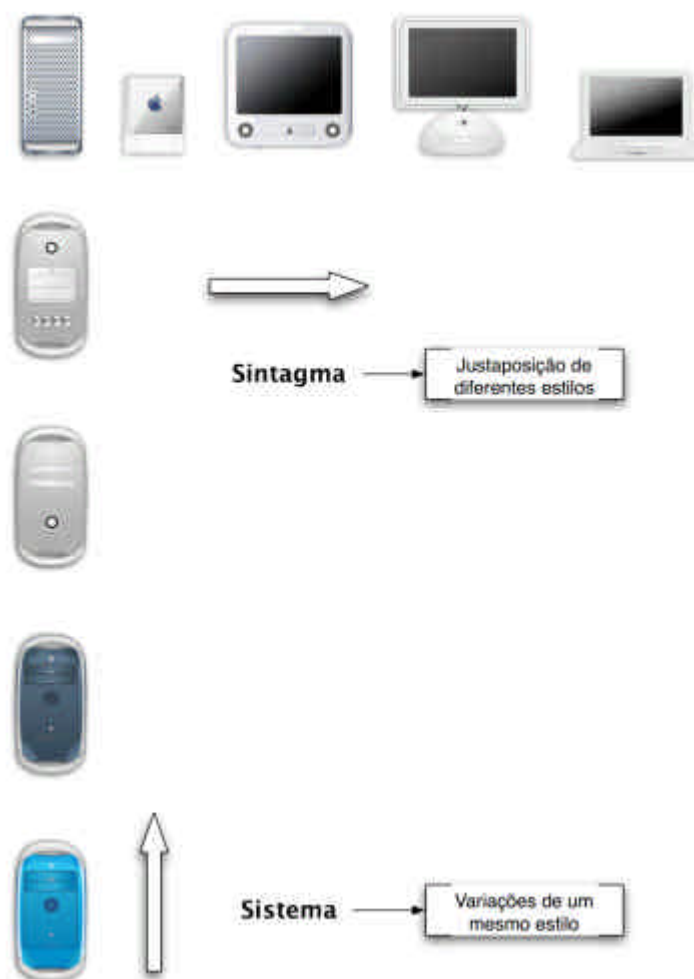


Figura 6. Sintagma e sistema

SAUSSURE (2004) propõe a substituição do uso de “palavra” por “termo”, pois o segundo traz consigo a idéia de sistema. Em geral, os sistemas são compostos por uma parte “positiva” e outra “opositiva”, sendo o primeiro elemento o suporte e o segundo o elemento diferencial que dá significação. Este princípio também se aplica ao termo, componente do sistema que é, determinando o seu respectivo sentido ou ao do sistema.

2.8.4.4. Denotação e conotação

Segundo BARTHES (2003), todo sistema de significação comporta um plano de expressão e outro de conteúdo, coincidindo a significação com a relação entre os dois planos, podendo ainda este sistema se tornar um elemento de outro maior. O primeiro sistema corresponde ao plano denotativo e o segundo o conotativo. “... *um sistema conotado é um sistema cujo plano de expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação;*” BARTHES (2003).

As figuras 7, 8 e 9 foram idealizadas com base na estrutura proposta por BARTHES (2003) e são representações do “sistema de significação”, “sistema de significação como plano de expressão de outro sistema” (conotativo) e “sistema de significação como plano de expressão do conteúdo” (metalinguagens), respectivamente.

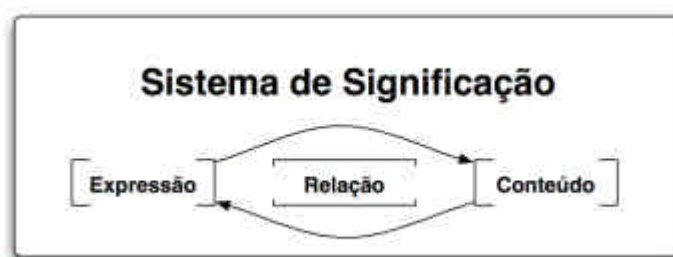


Figura 7. Sistema de significação

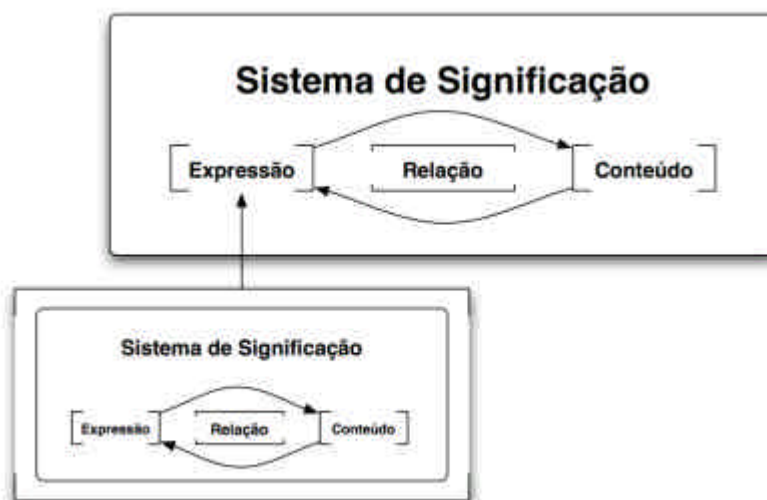


Figura 8. Sistema de significação como plano de expressão de outro sistema

Contudo, este mesmo sistema de significação pode tornar-se, também, plano de conteúdo do segundo sistema, constituindo as metalinguagens, onde o conteúdo possui um plano próprio de significação.

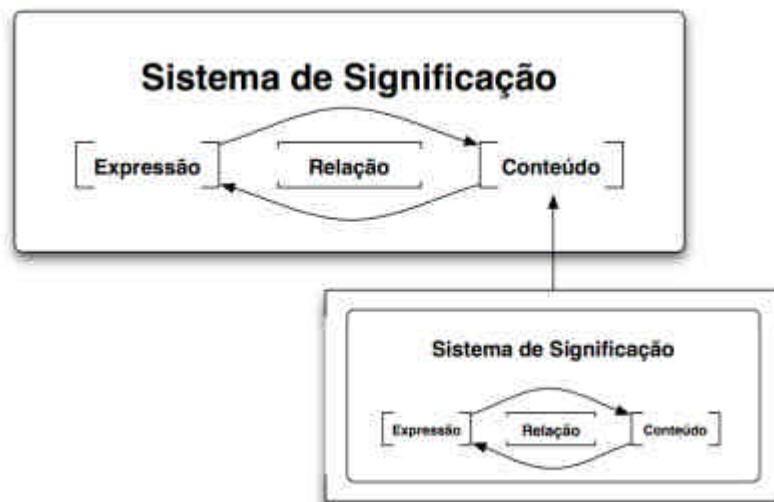


Figura 9. Sistema de significação como plano de expressão do conteúdo

Assim, na estruturação final dos sistemas de significação, temos dois grandes sistemas, o de conotação e o da metalinguagem.

A lingüística da conotação compreende significantes, significados e o processo que integra os sistemas uns aos outros. É a sistema lingüístico sobre o qual se desenvolve a linguagem humana.

A lingüística da metalinguagem corresponde á semiótica científica, onde os significados do segundo sistema são estruturados como base nos signos do primeiro sistema, sendo considerada uma operação. A própria semiologia é uma metalinguagem, pois estrutura-se em um segundo sistema, a partir de um primeiro sistema, com o objetivo de estudar o original, o qual se torna significado. Contudo, a metalinguagem não é pertença exclusiva do arcabouço científico, podendo estar presente, por exemplo, no contexto de publicações especializadas, que no entanto não possuem perfil científico, mas possuem um objeto em torno do qual desenvolvem-se os temas que lhe corroboram a imagem.

MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Metodologia

O desenvolvimento do trabalho envolveu a confecção, aplicação e análise de um questionário semi-estruturado, com foco no extensionista e no contexto da produção de leite, permitindo uma melhor análise exploratória, o qual consta nos ANEXOS.

3.1.1. Construção do questionário

O questionário foi construído de forma a abordar, direta ou indiretamente, a interação entre o extensionista e o produtor de leite e auferir indicativos sobre as dificuldades encontradas na receptividade aos trabalhos de extensão, difusão de informações e tecnologias estabelecidas mediante os diferentes contextos sócio-econômico-culturais, meios e/ou recursos instrucionais e linguagem, considerando ainda as variações do nível de formação do trabalhador rural e sua vida pregressa.

A construção do questionário procurou caracterizar o extensionista, o público assistido e a assistência propriamente dita, bem como abordar a dinâmica desta assistência e a linguagem instrucional utilizada.

3.1.1.1. Perfil e amplitude de atuação do extensionista

Conhecer sua experiência e amplitude de atuação. Identificar a sua formação, o seu vínculo institucional, o tempo que exerce a atividade, a região na qual atua e o numero de propriedades/produtores assistidos.

3.1.1.2. Perfil do assistido

Perfil do produtor receptor; delineamento da especificidade da sua atuação no segmento leiteiro; natureza da mão-de-obra utilizada (familiar ou contratada); produção media (com as variações); espírito empreendedor; qualidade da interface da comunicação extensionista/produtor.

3.1.1.3. Contexto da assistência

Relações quantidade/qualidade do leite e o tipo de mão-de-obra (familiar/contratada), e os níveis de gestão; receptividade à informação e à introdução ou implementação de novas tecnologias; dificuldades encontradas na abordagem; relações entre o tipo de abordagem e os níveis de produção e gestão; relação receptividade e os níveis de organização e escolarização; impacto do trabalho de assistência na receptividade.

3.1.1.4. Dinâmica da assistência e linguagem instrucional

Forma de transferência das informações tecnológicas; recursos instrucionais utilizados; padronização e flexibilidade dos recursos; ajuste à diversidade sócio-econômico-cultural; recursos de maior interesse; impacto no desenvolvimento do senso de oportunidade e caráter empreendedor do assistido.

3.1.2. Execução das entrevistas

Foram realizadas entrevistas com sete extensionistas da EMATER, de 6 (seis) cidades do Estado de Minas Gerais, situadas num raio de aproximadamente 30 km, Rio Pomba, Mercês, Silveirânia, Tabuleiro, Guarani, Tocantins e 1 (um) Valença do estado do Rio de Janeiro, conforme figura 10, que atuam junto às fazendas de produção de leite, com base no questionário elaborado, buscando identificar as dificuldades encontradas no trabalho de campo, principalmente aquelas que têm limitações na linguagem ou no processo de comunicação e suas respectivas interfaces.

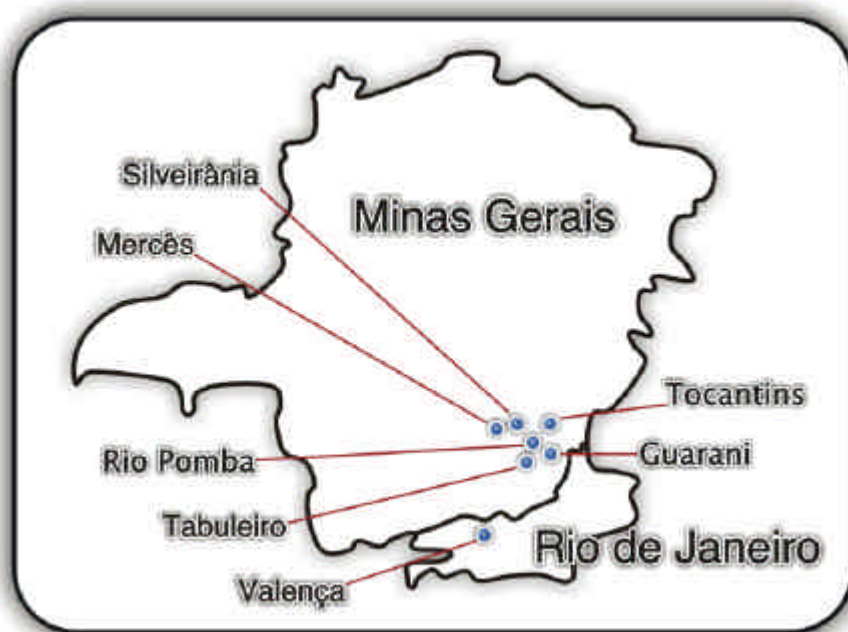


Figura 10. Localização da região do estudo.

Uma cidade próxima, pertencente ao raio elegido para a pesquisa não pode ser incluída, posto que o extensionista encontrava-se licenciado por motivos de saúde, não tendo sido possível abordá-lo durante o período do estudo.

A atividade econômica rural da região compreendida no raio elegido para o estudo tem sua base na atividade leiteira, sendo caracterizada por pequenos produtores, os quais tem encontrado dificuldades para adequação aos requerimentos da IN 51, requerendo neste sentido mais atenção e abordagens diferenciadas com vistas à superação destas dificuldades.

A inclusão de um extensionista de uma região diferente teve por objetivo disponibilizar um indicativo de uma região pertencente a outro contexto sócio-econômico-cultural.

A opção em se trabalhar a partir da ação do extensionista permitiu maior abrangência no estudo, haja vista o grande número de produtores assistenciados por estes profissionais, facilitando ao mesmo tempo a identificação dos fatores relevantes ao estudo, posto que em face da melhor formação e experiência adquirida na atividade profissional estes possuem melhor perspectiva da realidade local. Mesmo porque, sendo o pequeno produtor o público-alvo da EMATER, as respostas e resultados tendem a ser produzidos em meio a um contexto mais reflexivo.

3.1.3. Parâmetros de Análise de Respostas

A partir das respostas foi possível componentes do perfil do trabalhador de modo que estes possam constituir suporte para a elaboração de materiais didáticos que venham constituir fator de facilitação e acessibilidade por meio da linguagem para os sujeitos do estudo, o extensionista e o profissional que atua na produção do leite, apontando questões que permitiram vislumbrar a dimensão das diferenças sócio-econômico-culturais e seu respectivo peso nas ações de campo, no âmbito da estruturação dos recursos instrucionais e suas respectivas aplicações nos diferentes contextos.

Cabe salientar, em que pesem as limitações encontradas, que é importante que os indicativos sejam assumidos como suporte para intermediação entre a realidade do trabalhador rural e os paradigmas fundamentais necessários à garantia da qualidade e segurança envolvidos na atividade, onde são contemplados o trabalhador, seu ambiente, ao produto e ao consumidor potencial.

Eventualmente, poderão ser detectadas necessidades de ações de nivelamento prévio que vão desde a alfabetização ao realinhamento de conceitos e/ou expressões regionais, o que por si, já se constitui extratificação e, portanto, resultado para este trabalho.

Os resultados foram utilizados como indicativos sobre as possibilidades de exploração de recursos audiovisuais, com materiais condizentes com as respectivas realidades, abrangendo desde a comunicação direta, face a face, até a congregação de recursos multimídia.

Cumprir identificar os fatores determinantes para sensibilização do trabalhador para a relevância das questões detectadas no estudo, de modo a suscitar o seu comprometimento e engajamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Experiência e amplitude de atuação do extensionista

Entre os entrevistados, cinco possuem formação em nível técnico e dois em nível superior, sendo respectivamente Técnicos em Agropecuária e Engenheiros Agrônomos. Eventualmente, esta diferença poderá suscitar questões acerca das diferenças observadas no contexto estabelecido entre o perfil da formação e da respectiva percepção dos entrevistados sobre sua própria ação.

Três deles, com formação técnica, atuam à mais de vinte anos na extensão. Outros dois com formação técnica à menos de 10 anos. Um de formação superior já à mais de 10 anos e outro a mais de 20 anos.

Tabela 2 – Formação e experiência dos extensionista.

Extencionista	Formação	Tempo de experiência
A	Eng. Agrônomo	entre 11 e 20 anos
B	Téc. Agropecuária	mais que 20 anos
C	Téc. Agropecuária	mais que 20 anos
D	Téc. Agropecuária	mais que 20 anos
E	Téc. Agropecuária	entre 3 e 10 anos
F	Téc. Agropecuária	entre 3 e 10 anos
G	Eng. Agrônomo	mais que 20 anos

Todos atendem somente a uma cidade, mas sempre a mais de cinquenta produtores. Como não foram identificados outros extensionistas atuando conjuntamente, conclui-se que estejam atendendo sozinhos a todos os produtores rurais ou que hajam produtores atuando sem assistência alguma. Mesmo estando em uma região pequena, em virtude das diferentes formações dos trabalhadores, o extensionista precisa adquirir conhecimento sobre as séries de códigos empregados na comunicação local, no seus níveis verbal e não-verbal, de modo a veicular de formas diferentes uma mensagem que irradie efeitos semelhantes para todos os assistidos.

Quanto a frequência do atendimento, foram apontados intervalos que variam ao longo do ano, os quais são possivelmente influenciados por demandas associadas aos períodos de safra/entressafra e ingresso de novos programas de financiamento da empresa ou do governo. Predominantemente, foram apontados intervalos semestrais e mensais, com quatro e três ocorrências respectivamente. Frequências semanais e quinzenais foram apontadas somente uma vez. É oportuno notar, que nestes intervalos mensais ou semestrais, podem estar incluídos períodos em que esta frequência pode ser observada diariamente, em intervalos relativos a atividades de execução e implantação de novos projetos.

Certamente, há uma desproporção entre a quantidade de extensionistas e o número de propriedades que estão sob sua responsabilidade, requerendo dos mesmos uma formação eclética, com vistas ao atendimento da diversidade encontrada na demanda, podendo ser observada de modo claro na tabela 3.

Tabela 3 – Numero de propriedades atendidas pelos extensionistas e frequência

Extencionista	Nº Prop. Atendidas	Frequência
A	acima de 50	mensal
B	acima de 50	semanal
C	acima de 50	mensal/semestral
D	acima de 50	semestral
E	acima de 50	mensal/semestral
F	acima de 50	semestral
G	acima de 50	mensal

Percebe-se que seria salutar, além da adequação do numerário dos quadros, a especialização de extensionistas com atuação em áreas nas quais exercem pleno domínio, o que lhes permitiria distribuir tarefas e atuar com maior segurança na difusão de tecnologias para as diferentes necessidades do contexto agrícola e pecuário.

Quanto ao perfil e extensão dos trabalhos a região em que trabalha o extensionista de Valença não houve diferença significativa, a não ser o fato de que, além da formação superior, este possuir um tempo de experiência maior que aquele de mesmo nível atuante em uma das cidades na região das cidades mineiras envolvidas no estudo.

4.2. Perfil do produtor receptor da ação de extensão

Seis dos extensionistas apontaram que, entre as propriedades assistidas, mais de 50% têm o leite como atividade principal, notando relação de identidade produtiva alinhada com a produção de leite. Somente um situou este percentual entre 30 a 50%, o que apesar de sugerir um perfil de produção agropecuário um pouco diferente, não diminui a importância da atividade leiteira na região. De forma semelhante, a região de Valença situou-se em mais de 50%.

Apenas dois dos entrevistados apontaram que menos de 50% dos produtores/proprietários residem nas suas propriedades rurais. Este fato, pode apontar uma tendência de migração da população rural para o eixo urbano na região, mesmo que discreta. Contudo, predominantemente, a atividade leiteira nestas regiões tem relação com a atuação familiar. Em Valença este perfil foi apontado como menor que 30%, notam-se na região maior tendência e migração da população rural para o meio urbano.

De forma semelhante, o leite foi apontado como sendo a principal atividade e/ou única fonte de renda em mais de 50% das propriedades assistidas. Dois entrevistados apontaram suas correspondências para faixa inferior a 30% de seus assistidos e um para entre 30 a 50%. Embora haja uma tendência de urbanização na região diferencial, esta se manteve em um patamar médio nesta questão, estando situada justamente em um patamar intermediário de dependência do leite como atividade econômica, ou seja, 30 a 50%.

Quanto à utilização da mão-de-obra familiar, seis entrevistados apontaram-na como sendo predominante em mais de 50% das propriedades em que prestam assistência, sendo que um informou uma relação entre 30-50%. Também nesta questão a resposta indicada para a região diferencial apontou para um estreito laço da atividade para com a mão-de-obra familiar.

Estes resultados podem ser observados conjuntamente na tabela 4.

Tabela 4 – Relação entre a atividade produtiva, residência, renda e mão de obra nas propriedades

Extencionista	Leite principal atividade	Residem na propriedade	Única fonte renda	Pred. mão-de-obra familiar
A	acima de 50%	acima de 50%	acima de 50%	acima de 50%
B	acima de 50%	entre 30 e 50%	acima de 50%	entre 30 e 50%
C	acima de 50%	acima de 50%	acima de 50%	acima de 50%
D	acima de 50%	acima de 50%	acima de 50%	acima de 50%
E	acima de 50%	acima de 50%	menos de 30%	acima de 50%
F	entre 30 e 50%	acima de 50%	menos de 30%	acima de 50%
G	acima de 50%	menos de 30%	entre 30 e 50%	acima de 50%

Em quatro das regiões foram apontadas faixas de produção média entre 50 a 100 litros de leite por dia para mais de 50% das propriedades. Nas demais, observou-se menos uma relação de menos de 50 litros de leite por dia. Isto não quer dizer necessariamente que estes sejam responsáveis pela maior fatia da produção leiteira, mas que a maioria é constituída de pequenos produtores ou ainda daqueles atuantes em um contexto produtivo abaixo daquele considerado como economicamente viável. É claro que esta análise dependerá também de ponderações sobre os hábitos de consumo das respectivas populações.

As menores produções foram apontadas predominantemente entre 10 a 20 litros/dia, com uma ocorrência inferior a 10 litros/dia. Contudo, alguns entrevistados disseram que esses valores são médios, sendo possível observar em certas épocas o fornecimento de um ou dois litros apenas.

Entre as propriedades assistidas com maior produção foram apontados valores entre 300 a 4.000 litros/dia, sendo que em cinco delas foram observados valores de 380, 500, 600, 685 e 700 litros de leite por dia. Certamente, existem produtores com maior capacidade nas regiões onde foram apontados menores valores, denotando nestes uma atuação mais independente da ação de extensão, que pode ser, eventualmente, determinada por fatores de origem cultural, pelo perfil de empreendimento, de qualificação ou especialização dos mesmos.

Tabela 5 – Relação entre produção mé dia, mínima e máxima.

Extencionista	Faixa de produção em mais 50% das propriedades	Menor Produção em litros	Maior Produção em litros
A	entre 50 e 100 litros	10	300
B	entre 50 e 100 litros	16	380
C	entre 50 e 100 litros	10	4.000
D	menos de 50 litros	8	700
E	menos de 50 litros	20	500
F	entre 50 e 100 litros	30	600
G	menos de 50 litros	10	685

Os valores referem-se à produção média diária.

Nestes aspectos, as faixas médias, mínima e máxima de produção diária, a região de Valença foi semelhante, mas nota-se um perfil mais voltado para uma minoria de pequenos produtores, como em algumas das regiões mineiras.

Conforme a figura 11, cinco entrevistados apontaram que mais de 50% dos produtores podem ser caracterizados como adotadores tardios, sendo mobilizados pelos bons resultados alcançados por aqueles que adotam as novas propostas. Dois deles informaram, respectivamente, perfis de adotador e outro não adotador para esta mesma faixa. Na região usada como indicativo o perfil não foi muito empreendedor para a maioria, sendo adotadores tardios.

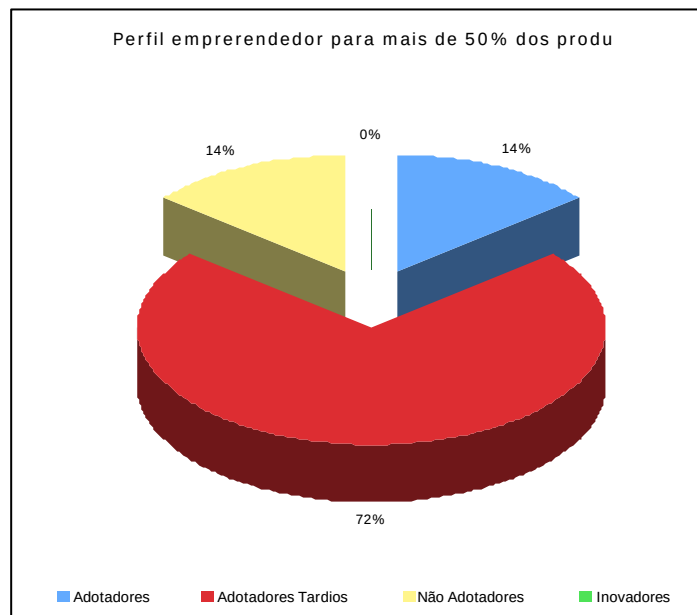


Figura 11. Caracterização empreendedora percentual dos entrevistados

Na faixa dos 10% mais empreendedores, cinco entrevistados apontaram seus assistidos como sendo adotadores, e um como inovadores, notando nestes um perfil mais pioneiro. Apenas um afirmou predominar nesta faixa um perfil de adotadores tardios. Neste quesito a região diferencial se alinhou com a maioria, conforme mostra a figura 12.

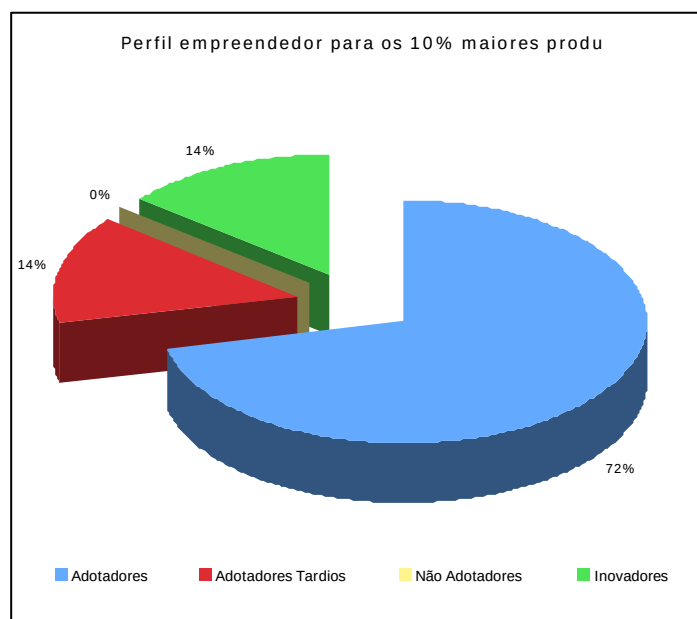


Figura 12. Perfil empreendedor para os 10% maiores produtores.

Para os 10% menores produtores, quatro entrevistados indicaram seus assistidos como adotadores tardios e três como não-adotadores. Neste tópico a região indicativa também foi apontada com tendo produtores de perfil adotador tardio. Neste aspecto, a região foi o fiel da balança para os resultados expressos na figura 13, estando esta distribuição equilibrada nas cidades mineiras pesquisadas.

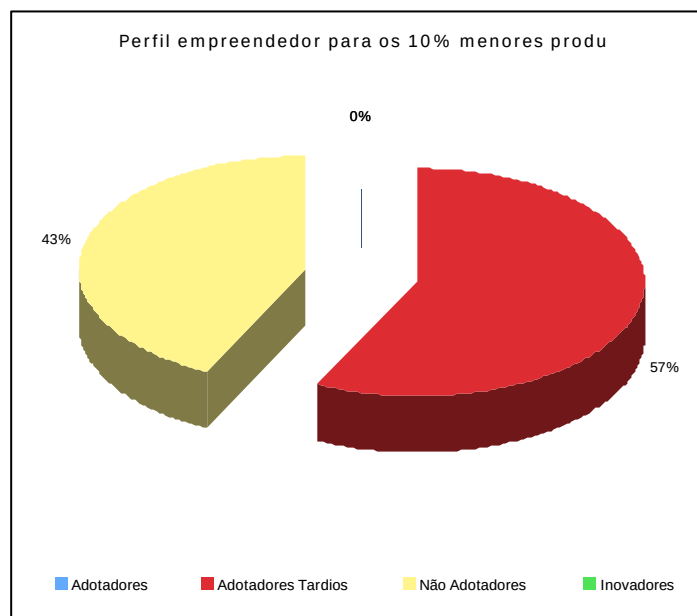


Figura 13. Perfil empreendedor para os 10% menores produtores.

Todos foram unânimes em afirmar que construção da interface com a maioria dos produtores assistidos é feita à partir das necessidades. Este fato, se por um lado permite uma inferência sobre o alinhamento da ação de extensão com as necessidades locais, por outro sugere que a mobilização para o empreendimento em mais de 50% só se dá em face do surgimento de necessidades e não pela projeção de expectativas futuras. Ideologicamente, há coerência no sentido da construção histórica da obra humana com sendo resultante da sua intervenção sobre os problemas que se interpõem em sua trajetória, contudo, o paradigma do mundo moderno é a mudança, e sobre esta prevalece a imperiosa necessidade de empreender para desenvolver, como premissa evolutiva.

Outro aspecto é que o produtor busca na extensão o real atendimento das suas necessidades e não a mera satisfação de curiosidades sobre novas tecnologias, o que aumenta a probabilidade de adoção, pois quando o faz é com o objetivo de agregar conhecimentos que tenham significado e potencial de modificar para melhor sua condição econômica, mola propulsora para o desenvolvimento. Contudo, há que se estimular o espírito empreendedor na busca de novas alternativas e desenvolvimento do potencial criativo, com soluções oriundas da própria região em que se manifestam as necessidades, neste sentido um pouco de curiosidade é salutar.

A construção da interface se dará na mediação entre os sistemas de significação de ambos os interlocutores, mas essencialmente, o extensionista deverá buscar conhecer também os sistemas de códigos do seu público-alvo, para que possa desencadear o processo de comunicação nas suas diversas instâncias, desde a sensibilização até a efetivação dos resultados da ação, incluindo-se a verificação (“*feedback*”).

A tabela 6 permite visualizar de forma conjunta a capacidade empreendedora dos produtores segundo a percepção dos entrevistados, bem como referencia a razão da construção da interface de comunicação por este mesmo entrevistado.

Tabela 6 – Capacidade empreendedora predominante e construção da interface.

Extencionista	Capacidade empreendedora em mais de 50%	Empreendedorismo entre os 10% maiores produtores	Empreendedorismo entre os 10% menores produtores	Razão da construção da Interface
A	Ad. T.	Ad.	Ad. T.	N.
B	Ad.	Ad.	Ad. T.	N.
C	Ad. T.	Ad.	Ad. T.	N.
D	Ad. T.	I	N. Ad.	N.
E	Ad. T.	Ad.	N. Ad.	N.
F	Ad. T.	Ad. T.	N. Ad.	N.
G	N. Ad.	Ad.	Ad. T.	N.

Onde: Ad.= adotadores; Ad. T. = adotadores tardios; N. Ad. = não adotadores; I = inovadores; N. = necessidades.

Assim, o perfil predominante observado pelos entrevistados é caracterizado por pequenos produtores, na faixa dos 50 litros/dia, os quais são empreendedores tardios e que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, tendo no leite a principal atividade e fonte de renda. A região indicativa se alinha neste perfil.

4.3. O contexto da ação de extensão

Quatro dos entrevistados apontaram que existe relação quantitativa entre o volume de leite produzido e a participação da mão-de-obra familiar, no sentido de haver incremento no volume produzido. Três referenciaram não perceberem esta relação no seu contexto de atuação. Entretanto, todos afirmaram haver melhoria da qualidade do leite e da gestão da propriedade com a participação da mão-de-obra familiar. Este aspecto encontra respaldo no fato de que numa empresa familiar as relações são mais solidárias, posto que compartilham de um projeto comum, além de se sustentarem por um mesmo eixo de formação pessoal e possuírem fortes laços de afetividade. É oportuno ressaltar, que a melhoria da qualidade impacta sobre o valor comercial da matéria prima, passando a constituir, pelo viés monetário, fator de retro-alimentação, de reforço das condições estabelecidas, impactando inclusive sobre a produtividade, positiva ou mesmo negativamente, relação nem sempre percebida pelos agentes que participam do contexto de estudo. O entrevistado da região de referência não observa relação quantitativa, mas relaciona no aspecto qualitativo e da gestão, indicando melhora.

Tabela 7 – Relação entre volume e qualidade x participação da mão-de-obra familiar

	Sim	Não
Relação volume de leite x participação da mão-de-obra familiar.	4	3
Relação qualidade do leite x participação da mão-de-obra familiar.	7	-

Quanto à receptividade a novas informações técnicas, foi apontado por três entrevistados que nas propriedades assistidas entre 30-50% são receptivas, menos de 30% por outros três e apenas um ponderou um percentual acima de 50%. Este fato corrobora o perfil do assistido percebido na abordagem sobre o espírito empreendedor, observado nos respectivos contextos dos entrevistados. Assim, temos a predominância um perfil pouco receptivo à introdução de novas tecnologias. Os percentuais entre aqueles que conseguem transformar informações técnicas em novos procedimentos tecnológicos seguem as mesmas proporções e correlações, ressaltando que além da receptividade precisa haver a capacidade realizadora, o que depende em muito da qualificação. Na região de comparação o entrevistado situou como estando entre 30 e 50% das propriedades como sendo receptivas, mas que apenas 30 % conseguem transformar as informações em procedimentos práticos. Estas relações podem ser observadas conjuntamente na tabela 8.

Tabela 8 – Receptividade a novas informações técnicas e capacidades de transformação de informações em procedimentos tecnológicos

	menos de 30%	Entre 30 e 50%	acima de 50%
Incidência para o percentual receptivo a novas informações técnicas	3	3	1
Incidência para o percentual daqueles que transformam informações técnicas em novos procedimentos tecnológicos	3	3	1

Os entrevistados também apontaram como sendo as principais dificuldades encontradas no trabalho-de-campo de transferência de informações os seguintes problemas:

- a. O “*nível de organização dos agricultores familiares, que, muitas vezes, não acompanham a assistência técnica grupal*”, ou seja dificultam a articulação dos grupos de famílias, o que seria o principal fator de fortalecimento mútuo para garantia de sua perpetuação na atividade;
- b. A resistência às mudanças, muitas vezes limitada não pela aceitação ou receio do novo, mas também pela necessidade de manutenção de tradições familiares ou culturais. Fato este que é superado por outro entrevistado pela sua forma de abordagem, que disse não levar “receita pronta” para o produtor, fazendo antes uma avaliação da situação encontrada para posterior formulação de propostas de trabalho e adaptações tecnológicas;
- c. A falta de comprometimento, engajamento e persistência nas ações propostas;
- d. Outro fator importante e já referenciado, é a falta de tempo para a atividade de extensão, haja vista a pouca disponibilidade numérica de extensionistas;
- e. A descapitalização do produtor rural foi outro fator apontado e que é, ao mesmo tempo, resultado e elemento de retro-alimentação do contexto econômico, mas que pode encontrar solução nas linhas de financiamento direcionadas para a produção agrícola, desde que utilizadas de forma responsável. Contudo, precisam também adquirir percepção sobre a relação custo/benefício da tecnologia como reforço do processo de decisão sobre o investimento;
- f. Falta de recursos e materiais didáticos para atendimento individual.

De modo geral, nota-se que os melhores resultados são auferidos na medida em que o extensionista consegue melhor atuação na mediação, articulando as diferentes formas de expressão da linguagem nos níveis da codificação e seus significados, o que se alinha com os fatores ressaltados por BERLO (2003) como sendo importantes para a comunicação.

Já na abordagem inicial, foram apontadas as seguintes dificuldades:

- a. A falta de vivência de mercado e visão comercial são fatores de descrédito para a introdução das novas propostas de produção ou tecnologias, pois limitam a percepção do produtor e o espaço de negociação entre ele e o extensionista;
- b. Mais uma vez, foi citada a descapitalização do produtor, o qual descarta qualquer possibilidade de diálogo sobre investimentos ou modificações no seu sistema de trabalho em face das adversidades econômicas;
- c. A falta de tempo do produtor, o qual empreende todo o seu esforço de trabalho nas atividades laborais, relegando a plano algum o planejamento e a gestão de sua produção;
- d. Igualmente, foi um fator de limitação para a abordagem inicial a questão cultural, manifesta e expressa na manutenção das tradições;
- e. E, finalmente, o material didático, pela pouca disponibilidade.

Um dos entrevistados considerou que todo o contexto da exploração da atividade agrícola dificulta a abordagem inicial.

Já outro entrevistado, que relatou superar as dificuldades pela sua forma de abordar, disse não encontrar dificuldades na abordagem inicial pelos mesmos motivos, ou seja, nas suas palavras “não levo receita pronta”. Ou seja, faz um diagnóstico das condições e inclui o produtor como parceiro na elaboração das propostas, promovendo o ajustamento às condições locais e às possibilidades do assistido.

Este mesmo entrevistado, supracitado, disse não haver necessidades de se fazer abordagens diferentes no seu contexto de atuação, mesmo quando considerado o nível de produção das propriedades. Manifestação que encontrou ressonância em somente um de seus pares. Um dos outros afirmou haver necessidade de utilizar abordagens diferentes, atribuindo a mesma à falta de visão dos produtores, ficando a decisão condicionada às expectativas suscitadas pela avaliação do êxito daqueles mais empreendedores e que investem primeiro. Ou seja, comprovação. Para tanto costumam utilizar as chamadas “unidades de demonstração ou observação”. Foi citado, ainda, como fator de imposição de abordagens diferentes o nível tecnológico diferenciado entre os assistidos. As necessidades de abordagem região diferencial se assemelha às demais.

Nota-se, portanto, que existem diferenças na aptidão individual para a identificação dos fatores relevantes na construção da interface de comunicação. Nestes casos, ela é produto da construção individual e não de um processo de formação direcionado que constituísse a base de sustentação para a aquisição de conceitos da linguagem local para posterior elaboração. Não que este processo não ocorra, mas que transcorre sem um direcionamento prévio que lhes permitiria maior agilidade e alcançar resultados mais profícuos.

Três entrevistados afirmaram não haver relação entre o tipo de abordagem requerida e o nível de produção das propriedades. Quatro disseram haver, sendo que um destes informou que “*quanto menos tecnologia, menos recursos disponíveis para a aplicação em outras áreas*”, segundo suas palavras. Uma ponderação interessante, haja vista que deverão ser empreendidos mais tempo e recursos neste caso. Para a região de

Valença existem estas necessidades, o que torna a relação na região das cidades mineiras equilibrada.

Dois entrevistados não relacionaram o nível de gestão ao tipo de abordagem requerida. Os demais afirmaram haver relação. Um dos entrevistados acrescentou, ainda, que isto se deve ao fato de que há preocupação entre os produtores com melhor nível de gestão em adotar novas tecnologias e evoluir na sua atividade. Embora trabalhem com um mesmo conteúdo, a forma de expressão precisa ser ajustada. O entrevistado da região diferencial também afirmou haver. Contudo um dos demais, que não referenciou esta relação no quesito anterior, manifestou haver necessidade de abordagens diferentes conforme o nível de gestão, o que pode parecer um pouco paradoxal, já que produtividade tem estreita relação com gestão.

Todos os entrevistados afirmaram ser possível estabelecer relação entre a receptividade à informação tecnológica e o nível de organização da propriedade. Um dos entrevistados apontou um fato interessante, que talvez reflita uma peculiaridade do contexto em que desenvolve sua atividade de extensão, ao manifestar que nas propriedades com histórico tradicional encontra maior receptividade a novas tecnologias. Esta singularidade entre os entrevistados pode ser atribuída, talvez, a um contexto onde as tradições são marcadas por um perfil historicamente empreendedor.

Dois dos entrevistados não relacionaram a receptividade à informação tecnológica ao nível de escolarização. Em que pese a sua percepção ou mesmo alguma peculiaridade do seu contexto de ação, os demais entrevistados relacionaram a receptividade ao nível de escolarização, sendo que um deles disse em propriedades com melhor nível escolar é possível uma maior aproximação e melhor relacionamento com a família do agricultor. Um deles citou que *“quanto mais baixa a escolaridade, mais difícil a receptividade”*. Este fato pode se atribuir também à formação prévia do extensionista, extra-escolar, referente à sua vida pregressa. Tendo este sua origem no próprio meio rural ou em um relacionamento muito próximo ao longo da sua vida, ele se identifica no produtor rural e é melhor conhecedor da sua realidade e suas respectivas necessidades. Segundo FREIRE (2005), *“o homem é um ser de relações... ele está no mundo e com o mundo”*, assim se transforma a partir de toda interação que estabelece.

Todos afirmaram detectar mudanças na receptividade após o início dos trabalhos e/ou obtenção de resultados positivos nas propriedades assistidas, tornando-se, inclusive, propagadores. Atribuem isso à validação de experimentos pelo aumento da produtividade, valor agregado ao produto pela melhoria de qualidade e melhoria da gestão da propriedade que resultam no aumento do grau de satisfação dentro da atividade de produção agrícola. Também há o estreitamento e fortalecimento das relações de amizade e confiança mútua ao longo da execução dos projetos.

A manutenção das escolas rurais certamente atuaria com componente de fortalecimentos destes vínculos, haja vista que ela constitui um elo de ligação entre a classe de produtores e as Instituições formadoras, além de não promover a desruralização do homem do campo, o qual, muitas vezes, se vê seduzido pelos atrativos da urbe, estabelecendo comparações entre os respectivos modos de vida e confortos. Este é um fator de incluso e promoção do meio rural, que passa a oferecer recursos próximos ou até equivalentes aos das cidades, atendendo as novas expectativas trazidas pelas tecnologias modernas através dos bens de consumo e serviços.

4.4. Dinâmica da assistência

Na dinâmica das atividades de extensão os técnicos realizam visitas técnicas, promovem reuniões para discussão de assuntos de interesses da comunidade e articulação de ações conjuntas ou de novos projetos, demonstrações técnicas em

unidades de observação instaladas em propriedades da região e dias de campo. Ações e recursos comuns a todos os entrevistados.

Nestas ações utilizam como ferramenta de trabalho o diálogo, calcado no conhecimento da realidade local, palestras com projeção de slides, retroprojeção e vídeos, distribuem panfletos, cartazes, programas em rádios locais e discussão sobre resultados de experimentos realizados nas unidades de observação instaladas na comunidade durante as reuniões.

Cinco dos extensionistas entrevistados assinalaram haver padronização dos recursos instrucionais utilizados e dois apontaram não haver. Ao que parece, esta padronização é produto dos ajustamentos de cada regional. Este indicativo pode ser um fator interessante para a flexibilização, entretanto, é salutar que se promova algum tipo de padronização. Neste sentido, ela se prestaria a resguardar a identidade e a credibilidade das ações da empresa, respaldada por um trabalho de supervisão na elaboração de materiais, sobre conteúdo e identidade visual, respeitando, contudo, a adequação às necessidades e interesses regionais.

Na seqüência, quando perguntados sobre a possibilidade de ajustamento oferecida pelos recursos disponíveis em relação às variações sócio-econômicas-culturais, apenas um dos sete entrevistados afirmou não haver esta característica nos materiais. O mesmo manifestou-se sobre a necessidade de material diferenciado para a realidade municipal. Outro entrevistado, mesmo afirmando haver esta possibilidade, disse que a melhor opção é mesmo o diálogo. Estas opiniões podem indicar diferenças de perspectivas relacionadas com a formação, a experiência ou mesmo o contexto de cada região. O que se percebe é o reforço da importância da linguagem na interface de comunicação, já que a interação direta entre os interlocutores é ponderada como sendo a melhor opção. Trata-se, portanto, de instrumentalizar os extensionistas com maior conhecimento sobre o uso de recursos didáticos para a comunicação, e dentro desta proposta os recursos instrucionais como ferramentas para otimizar o processo dialético.

O entrevistado de Valença respondeu afirmativamente para as duas questões acima.

Em relação aos tipos de recursos que despertam maior interesse no público-alvo, como primeira opção foram indicados “outros” recursos, não constantes nas opções de resposta direta, por quatro entrevistados. Os respectivos recursos citados para esta opção variaram de demonstrações práticas de manejo ou uso de máquinas, exemplos bem sucedidos, visitas técnicas, unidades de observação ou demonstrativas e até mesmo a disponibilidade de crédito rural como recurso de argumentação mediante às evasivas por falta de recursos financeiros para investir em novas tecnologias. Percebe-se também a variabilidade das aceções sobre o que se constitua como recurso instrucional.

O outro item escalonado como primeiro em relevância foi o que se refere aos “vídeos”, citado por três entrevistados.

A exceção do item “outros”, como segundo em importância, todos os demais itens foram citados.

Como terceiro em interesse foram igualmente referenciados os “textos”, “ilustrações” e “cartilhas”, com duas referências cada.

As “ilustrações” foram referenciadas três vezes como sendo o quarto item que desperta maior interesse. Houve apenas uma citação para esta ordem de classificação para o item “cartilhas”.

O entrevistado da região de referência utiliza recursos em um gradiente que parte daqueles com maior apelo visual e praticidade.

A tabela 9 nos permite observar estes resultados, onde os entrevistados foram identificados pelas letras A, B, C, D, E, F e G e os números representam a ordem de interesse manifestada pelos respectivos entrevistados.

Tabela 9 – Recursos que despertam maior interesse no público alvo.

Entrevistado	Tipo de Recurso				
	Textos	Ilustrações	Cartilhas	Vídeos	Outros
A	5	4	3	2	1 – Demonstrações práticas de manejo e uso de máquinas.
B	2	4	5	3	1 – Crédito rural – como recurso de argumentação.
C	3	5	4	1	2 – Reuniões e palestras.
D	3	4	2	5	1 – Unidades demonstrativas (ou de observação).
E	5	2	3	1	4 – retro-projetor e outros recursos de projeção.
F	5	3	4	2	1 – Exemplos bem sucedidos e visitas técnicas
G	4	3	2	1	5 – não especificou.

Onde: a numeração 1 a 5 se refere a ordem de classificação atribuída pelo entrevistado.

Na figura 14, estes resultados podem ser observados, graficamente, agrupados por entrevistado.

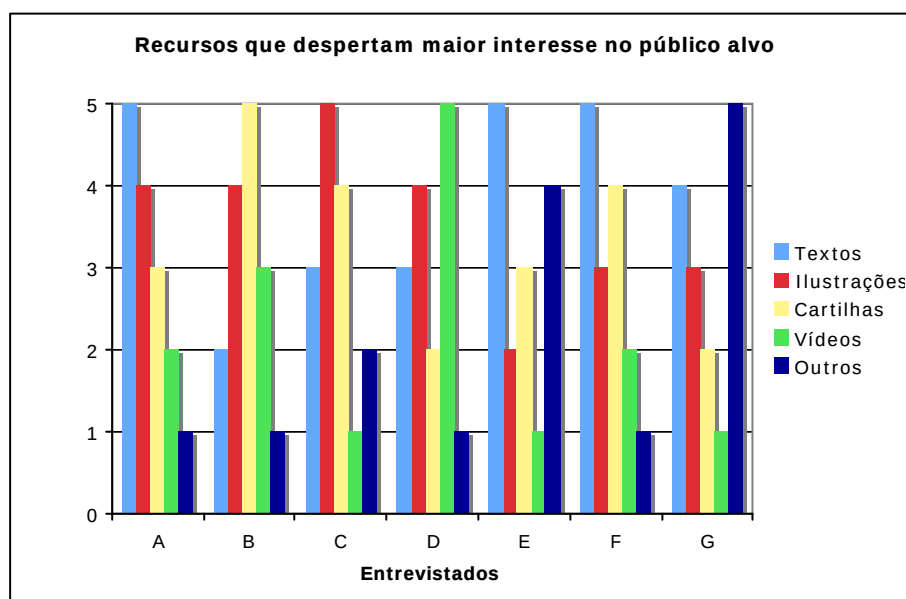


Figura 14. Classificação dos recursos que despertam maior interesse.

Quanto às maiores necessidades de recursos instrucionais foram apontadas por três vezes aquelas de curto prazo, referenciada por um dos entrevistados como sendo aquelas ligadas à preparação de materiais de divulgação (digitalização de materiais, fotografias, etc.). O entrevistado da região de referência citou duas, a saber, emergencial e médio prazo. Houve duas ocorrências para as necessidades de longo prazo, as quais foram relacionadas ao tempo demandado para a vivência dentro dos experimentos em suas diversas fases em face a pouca disponibilidade de tempo do agricultor.

Quanto às necessidades não atendidas pelos recursos instrucionais disponíveis foram citadas:

- Limitação do número de “unidades demonstrativas” (unidades de observação) mediante a demanda. Algumas são montadas em apenas uma ao ano;

- b. Faltam equipamentos “visuais” – retro-projetor, vídeo/tv, datashow/computador;
- c. Falta de verbas suficientes para atender ao volume de recursos demandados nas divulgações e ao apoio às ações de campo em geral (diárias, combustível);
- d. Dificuldades para a promoção de cursos, excursões e dias de campo.

Dois outros manifestaram opiniões diferentes e que não se encaixariam propriamente na descrição deste item do questionário mas que, ainda assim, são referência sobre as necessidades das ações de extensão rural. Um dos entrevistados relatou que procura distribuir os recursos disponíveis conforme as possibilidades, dizendo ainda que pior que essa escassez é número reduzido de agentes de extensão em face da diversidade de competências requeridas pelo contexto, utilizando-se verbalmente para isso da expressão “... uma pessoa só para cuidar de agulha a avião”.

Dois entrevistados disseram que estas necessidades são de ordem quantitativa e qualitativa. Outros dois se referiram apenas à quantitativa e três indicaram ser apenas de ordem qualitativa. O relato do entrevistado de Valença se assemelha aos demais, mas nota apenas no aspecto qualitativo.

Em relação às estratégias e recursos instrucionais já utilizados pelos entrevistados e seus respectivos resultados práticos observa-se, na tabela 10, o seguinte quadro de respostas:

Tabela 10 – Estratégias/recursos instrucionais utilizados e qualidade do resultado

Estratégia/Recurso	Uso		Resultado		
	Sim	Nunca	Bom	Regular	Inexpressivo
Dia de Campo	7		6	1	
Palestra	7		6	1	
Dramatização (teatro)	1	6		1	
Escola / Filhos	6	1	1	4	1
Vídeo	7		4	3	
História em quadrinhos		7			
Dinâmica de grupo	5	2	4	1	
Rádio	5	2	3	2	
TV (inserções)	3	4	2	1	
Programas (tipo Globo Rural)	4	3	2	2	
Gincana		7			
Jogos	1	6	1		

Onde: Na coluna “Uso” é indicado o número de extensionistas que já adotaram o recurso e na “Resultado” o número de incidências para os recursos de forma qualitativa.

Desta forma:

- a. Todos já promoveram “dia de campo” e “palestras” com bons resultados. Um indicou ser regular. Estas são as estratégias sobre as quais eles parecem possuir maior domínio;
- b. Apenas um utilizou a “dramatização”, obtendo um resultado regular;
- c. Seis relataram á ter utilizados o repasse de informações pela interação “escola/filhos”, sendo que um considerou que obteve bons resultados e quatro deles disseram que os resultados foram regulares e um inexpressivo;
- d. Todos disseram já ter utilizado “vídeos”, sendo que quatro deles referenciaram os resultados como sendo bons e três como regulares;
- e. Cinco já utilizaram “dinâmica de grupo”, sendo referenciada por quatro entrevistados com bons resultados e regular pelo terceiro;

- f. A comunicação por meio de “rádio” já foi utilizada por cinco deles, sendo referenciada por três como bons resultados e por dois como regular. Um deles atua em um programa de rádio matutino com temas direcionados para o produtor rural;
- g. Três relataram já ter utilizado “inserções em TV”, sendo que dois obtiveram bons resultados e um regular;
- h. Quatro dos entrevistados informaram já ter utilizados “programas (tipo Globo Rural)”, sendo que dois apontaram bons resultados e dois para regulares. Coincidentemente um dos entrevistados que obtiveram bons resultados no item “programas” é o mesmo que participa da programação de rádio local, tendo inclusive participado de um dos programas exibidos na tv com temas técnicos. Relatou ainda que este tipo de veículo é muitas vezes fator de sensibilização ou de facilitação para as abordagens de execução dos trabalhos de campo, pois a maior visibilidade produzida por estes meios aumenta a credibilidade junto aos produtores assistidos;
- i. Somente um informou já ter se utilizado de “jogos”, obtendo bons resultados;
- j. Nenhum dos entrevistados fez referência à utilização de “história em quadrinhos” e “gincana”.

Certamente, a proposta mais acertada será a articulação e diferentes estratégias. Contudo, é importante que o extensionista as domine e/ou saiba optar por aquelas mais adequadas à cada tipo de ação e público-alvo, bem como os respectivos momentos de aplicação. Conjuntamente, elas podem auxiliar desde o processo de sensibilização, passando pela introdução dos pressupostos ou implementação de tecnologias, até o acompanhamento posterior dos resultados para retro-alimentação do processo, sob a perspectiva da formação profissional como processo de educação e, portanto, contínuo.

O entrevistado da região de referência, de modo geral, utiliza recursos de forma bastante diversificada e tem obtido bons resultados.

A tabela 11 expõe os resultados acerca das impressões individuais dos entrevistados sobre os mesmos tipos de estratégias e recursos:

Tabela 11 – Impressão coletiva dos entrevistados sobre as estratégias/recursos instrucionais.

Estratégia/Recurso	Impressão				
	FC	IMP	DA	I	MI
Dia de campo	-	-	-	3	2
Palestra	-	-	-	3	2
Dramatização (teatro)	1	1	2	-	1
Escola / Filhos	-	-	1	3	1
Vídeo	-	-	-	3	2
História em quadrinhos	-	4	1	-	-
Dinâmica de grupo	-	-	1	3	1
Rádio	-	-	-	4	1
TV (inserções)	-	-	2	2	1
Programas (tipo Globo Rural)	-	-	1	3	1
Gincana	-	2	2	1	-
Jogos	1	1	1	2	-

Onde: FC = Fiquei Curioso; IMP = Impraticável; DA = Difícil aplicação;
I = Interessante e MI = Muito Interessante.

Assim:

- Dia de campo – dois entrevistados consideraram muito interessante e três deles como interessante;
- Palestra – também dois consideraram muito interessante e três como interessante;
- Dramatização – Dois se referiram com sendo de difícil aplicação, um como impraticável, outro ficou curioso e o último como interessante;
- Escola / filhos – Três consideraram como muito interessante, um como interessante e o outro como de difícil aplicação;
- Vídeo – Três consideraram interessante e dois com muito interessante;
- História em quadrinhos – quatro consideraram impraticável e um como sendo de difícil aplicação;
- Dinâmica de grupo – três consideraram como interessante, um como muito interessante e o outro como sendo de difícil aplicação;
- Rádio – Quatro consideraram como sendo interessante e um com muito interessante;
- TV (inserções) – Dois como interessante, dois de difícil aplicação e um muito interessante;
- Programas (tipo Globo Rural) – Três como interessante, um como muito interessante e outro como de difícil aplicação;
- Gincana – Dois consideraram impraticável, dois como sendo de difícil aplicação e um como interessante;
- Jogos – Dois como interessante, um como fiquei curioso, um como impraticável e outro como de difícil aplicação.

As impressões coletivas dos entrevistados sobre as estratégias/recursos instrucionais, de certo modo, corroboram as respostas expressas em relação aos resultados obtidos quando da aplicação dos mesmos, sendo estas referenciadas como mais interessantes quanto melhor os resultados obtidos. Naquelas em que os resultados obtidos foram considerados como “bons” as impressões coletivas recaíram predominantemente como “interessante” ou “muito interessante”, sendo a mesma relação recíproca para os fatores opostos. Este fator, até certo ponto, pode ter interferido no rol das impressões coletivas, pois é da natureza humana expressar maior afetividade em relação às atividades sobre as quais exerce maior domínio. Contudo, a falta de êxito pode também ser fruto da falta de conhecimento sobre os demais recursos, sua utilização e aplicações.

Outra abordagem interessante é sobre as percepções individuais em relação utilização dos recursos. De modo geral, pode ser estabelecida uma correlação entre a iniciativa de utilizar novos e diversos recursos e o nível de formação do extensionista. Quanto melhor este nível mais aberto o profissional a utilização de novos recursos, os quais sempre demandam aprendizado sobre sua aplicação e utilização. Entretanto, as aptidões e habilidades individuais podem ser fatores determinantes na superação de quaisquer dificuldades impostas pela formação, posto que existe contínuo aprimoramento do extensionista ao longo do seu exercício profissional, seja através da participação em cursos de atualização promovidos pela própria empresa ou pela aquisição de habilidades de forma autônoma.

A tabela 12, permite estabelecer um outro tipo de ponderação sobre os mesmos dados, apontando a percepção individual dos extensionistas sobre o conjunto de estratégias e recursos relacionados.

Tabela 12 – Impressão individual dos entrevistados sobre as estratégias/recursos instrucionais.

Estratégia/Recurso	Entrevistado / Impressão						
	A	B	C	D	E	F	G
Dia de campo	MI	I	MI	I	I	MI	I
Palestra	I	MI	MI	I	I	MI	I
Dramatização (teatro)	I	DA	FC	IMP	DA	FC	IMP
Escola / Filhos	MI	DA	I	I	I	I	I
Vídeo	I	I	MI	I	MI	I	MI
História em quadrinhos	DA	IMP	IMP	IMP	IMP	DA	I
Dinâmica de grupo	I	DA	MI	I	I	MI	MI
Rádio	I	I	I	MI	I	MI	I
TV (inserções)	I	DA	MI	I	DA	MI	MI
Programas (tipo Globo Rural)	I	I	MI	I	DA	MI	MI
Gincana	I	DA	IMP	IMP	DA	I	IMP
Jogos	I	FC	I	IMP	DA	I	IMP

Onde: FC = Fiquei Curioso; IMP = Impraticável; DA = Difícil aplicação;
I = Interessante e MI = Muito Interessante.

De modo geral, os resultados para as impressões individuais reproduzem as coletivas, que são o seu produto. Entretanto, analisadas sob a perspectiva individual pode ser estabelecida uma relação com o perfil de formação do extensionista e sua experiência na atividade profissional. Há uma tendência que demonstra que aqueles com maior grau e mais recente formação se mostram um pouco mais abertos para a utilização de estratégias/recursos mais diversificados. Fatores regionais e culturais modulam as variações.

Os entrevistados “A” e “G”, os quais possuem formação superior, manifestaram uma melhor impressão sobre as estratégias/recursos. Contudo o entrevistado “G”, formado há mais de 20 anos, manifestou ser impraticável estratégias/recursos tais como “dramatização”, “gincana” e “jogos”. Estas impressões podem ser produtos de traços culturais da sua formação ou mesmo da sua vivência entre os trabalhadores rurais, expressando aquilo que é passível de aceitação no seu contexto de trabalho.

Estas impressões, se por um lado apontam para os tipos de recursos com os quais os extensionistas estão familiarizados, por outro nos indica as diferentes perspectivas sobre as respectivas possibilidades de aplicação dos mesmos, em face do público-alvo ou do conhecimento e domínio de quem os empreende. Em parte, a não utilização de alguns recursos, advém da falta de conhecimento sobre as possibilidades de aplicação. Também diz sobre as dificuldades em acessar certos meios pela carência de recursos materiais ou financeiros. Neste sentido, pesam a formação do extensionista (a qual nem sempre inclui perspectiva pedagógica e capacitação para o uso dos recursos), o tempo de atuação profissional e a percepção sobre o contexto de aplicação (que poderia ser preparado para o uso de determinado recurso mediante ações prévias). O fato de possuir melhor formação acadêmica não é o único fator determinante para se ter uma impressão positiva, pois esta será resultado de todo o conjunto de fatos que antecedem, transcorrem durante a aplicação do recurso e dos resultados obtidos, estando dependentes de ambos os agentes participantes e do contexto em que é aplicado o recurso/estratégia.

Deste modo, é oportuno ressaltar que a utilização dos recursos deve ser feita de modo oportuno e condizente com o tipo de informação que se pretende transmitir.

Entretanto, é possível que a falta de bons resultados e interesse para alguns dos recursos/estratégias se dê pelo despreparo para sua utilização ou mesmo falta de interesse do extensionista, por motivos que podem se dar pela acomodação ou mesmo a carência do respectivo treinamento.

O entrevistado da região de Valença mostra bem estas nuances, mesmo tendo predominado referências positivas nas suas respostas, pontuaram algumas como impraticáveis.

Todos apontaram haver relação entre o nível de produção ou organização da propriedade e o interesse pelo tipo de recurso. Um dos entrevistados acrescentou que isso ocorre porque o “...produtor mais tecnificado é mais familiarizado com os recursos instrucionais e tem um nível escolar maior”, segundo sua própria grafia.

Seis estabeleceram o mesmo tipo de correlação em relação ao grau de escolaridade, o que foi inclusive referenciado na citação do produtor constante no parágrafo anterior. Um deles disse não observar este tipo de relação.

Todos responderam afirmativamente para a percepção do produtor rural sobre a educação como promotora de melhoria das próprias condições de vida e/ou eficiência na respectiva atividade, acusando como prova a concordância dos mesmos em estimular aos filhos e netos que estudem. Um dos entrevistados disse que alguns, mesmo percebendo a necessidade de mudança, não se arriscam a empreender em estudar. Entretanto um manifestou que observa as duas possibilidades.

Também afirmaram que esta percepção sobre necessidades dessa natureza aumenta proporcionalmente ao grau de escolaridade.

O mesmo se repete quando a pergunta se refere ao senso de oportunidade e empreendedorismo ter sua percepção aguçada pelo aumento do nível de escolarização. Neste sentido um dos entrevistados manifestou-se, acrescentando à resposta que “quem estudou ou conviveu num trabalho fora (indústria) ou escola informal, tem uma visão diferenciada, sendo aberto a discussões”.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que:

1. No processo de transferência de conhecimentos para o produtor de leite, faltam elementos que envolvem o domínio comum de conceitos e habilidades comunicativas e dos instrumentos de comunicação propriamente ditos, que estimulem e/ou criem um caráter mais empreendedor;
2. O trabalho do profissional da extensão é muito amplo e complexo, tanto numericamente quanto pelo rol de competências em que é requerido, posto que este é responsável primário no processo de transferência de tecnologia. Para que a ação de extensão seja eficiente neste contexto, a comunicação deve ser otimizada para produzir as transformações pretendidas, e o material instrucional a ser desenvolvido e disponibilizado deve refletir esta necessidade, notando-se uma tendência de melhores resultados com o uso de materiais de maior apelo visual e situações de experiência prática;
3. Depreende-se, dos extensionistas consultados, um misto de apreensão/insatisfação/frustração com os resultados do processo de transferência de tecnologia e conhecimentos, e a existência de dúvidas e/ou de que gostariam de ver aprimorado o material disponível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, ainda, tecer mais algumas considerações acerca das conclusões, a saber:

A variabilidade na formação daqueles que realizam o trabalho de extensão é, por vezes, nivelada pela experiência acumulada ao longo dos anos. Contudo, há que se considerar a necessidade de harmonizar este perfil de formação, de forma a garantir uma atuação mais efetiva nos trabalhos de campo, principalmente quando considerada a diversidade e amplitude requerida no suporte técnico, didático e metodológico.

Assim, temos duas necessidades relativas ao profissional, uma advinda da diversidade de conhecimentos técnicos requeridos e que se resolveria com a adequação numérica dos quadros técnicos, e outra relativa a capacitação didática e metodológica, a qual se alinha com o objeto deste estudo, a linguagem.

Neste sentido, seria importante oferecer ao extensionista uma formação voltada para as questões didáticas e metodológicas envolvidas no contexto da comunicação e treinamento profissional, haja vista que ambas tem como propósito uma ação de educação. A exemplo daquela oferecida pelo SENAR e já citada ao longo deste trabalho. Este tipo de formação, servirá como subsídio aos extensionistas no sentido de que estes terão maiores possibilidades exploração dos recursos instrucionais disponíveis e sua respectiva adequação aos trabalhos de campo. Isto nos indica que boas experiências existem, mas carecem de socialização entre as instituições, mesmo considerados seus respectivos âmbitos de atuação. Por outro lado pode ainda haver a mútua cooperação para a supressão das respectivas defasagens.

Os resultados observados no questionário, apontam para um perfil entre os assistidos predominantemente caracterizado por pequenos produtores, com forte base familiar na estrutura e gestão das propriedades. Nas respectivas regiões, ficou clara a dependência econômica destes produtores em torno da atividade leiteira, a qual passa por um momento crítico e decisivo de reestruturação em nível nacional, onde o pequeno produtor representa o lado mais frágil deste processo, necessitando de abordagem diferenciada para cada região, haja vista as diferenças sócio-econômico-culturais. Muitos deles trabalham em um contexto considerado abaixo do que se considere como produtivo do ponto de vista da viabilidade técnica na atividade, o que só encontra respaldo e possibilidade quando consideradas as diferenças relativas ao padrão de consumo.

A maioria deles encontra dificuldades em progredir na atividade, sendo empreendedores tardios, que não se arriscam antes de observar os resultados de alguém próximo à sua realidade. Este fator encontra reforço na formação cultural. Isto posto, a linguagem é o elemento de intermediação para a intervenção na formação do profissional rural, nas ações de treinamento e qualificação. Assim, ela é a ferramenta para a educação, apresentando múltiplas possibilidades de exploração para a abordagem e efetivação do processo ensino/aprendizagem.

Em que pesem as necessidades de reformulação do paradigma educacional no contexto social rural, as diferenças sociais, econômicas e culturais devem ser consideradas, encontrando na linguagem o veículo mediador de toda a gama de ações que se possam desencadear para a evolução do contexto a um quadro melhor.

A superação de barreiras e êxito das ações dos extensionistas, em grande parte, se deve aos seus respectivos conhecimentos sobre as diferentes realidades locais,

traduzidas em formas de abordagem adequadas à cada situação, o que não deixa de constituir em linguagem como estratégia para aproximação, estabelecimento da relação de confiança, aceitação de propostas até a efetiva mudança, a qual se torna um elemento de reforço do processo e sua respectiva reprodução junto a outros agentes do público-alvo.

De forma geral, percebe-se que as necessidades didáticas e metodológicas estão presentes no cotidiano da extensão, contudo ainda não são exploradas as possibilidades e a multiplicidade de abordagens contida na perspectiva pedagógica e reforçada pelas novas potencialidades comunicativas dos tempos modernos. A exemplo, um dos entrevistados relatou sobre os bons resultados alcançados com a melhoria das estratégias de comunicação, entre elas até um programa de rádio matutino. Contudo, este é apenas mais um canal de comunicação, que sem a linguagem não efetiva o propósito de educar.

Alguns extensionistas até se arriscam em utilizar novos recursos, mas como seus assistidos, neste campo, acabam também atuando como empreendedores tardios. Geralmente, nota-se melhor a realidade e as necessidades de outrem. Contudo, dado ao melhor quadro educacional para este contexto, este fator pode ser realinhado, com relativa facilidade, por um trabalho de supervisão que tenha foco para além das questões puramente técnicas envolvidas na extensão, e que considere a educação neste processo.

Contudo, constituir linguagens e estratégias tem sido um processo individual e demorado, o qual pode ser amenizado por uma formação prévia direcionada para a ação de educação, sem que isso venha a tolher a possibilidade do ajustamento. Neste sentido, sem que se pretenda atribuir mérito a cada um dos elementos envolvidos na ação educacional, sob a perspectiva pedagógica, a comunicação ganha especial importância, pois o estabelecimento das relações empatia, determinantes para a aceitação do processo, passam necessariamente pela linguagem.

Foi notória a percepção da educação como possibilidade de melhoria das condições de vida e atuação profissional, com forte vínculo desta percepção ao nível de escolaridade. Assim, a educação é agente de transformação e reforço de todo este processo. A comunicação é seu veículo.

SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

- Avaliação da eficiência da aplicação de recursos de comunicação modernos nas ações de extensão;
- Desenvolvimento de parcerias público/privadas junto à extensão rural;
- Estudos sobre a adequação e aplicação de recursos de financiamento da produção para com o alinhamento das vocações produtivas regionais, com vistas ao plano estratégico de desenvolvimento;
- Estudos para o desenvolvimento de um perfil de formação didática específico para o extensionista.
- Utilização de técnicas de ensino à distância;
- Políticas de inclusão digital para o meio rural;
- Desenvolvimento de software em linguagem adequada à formação profissional rural.

BIBLIOGRAFIA

ANUALPEC 2002. *Anuário da Pecuária Brasileira*. FNP Consultoria e Comércio. São Paulo. SP. 2002.

ALENTEJANO, Paulo R. R. *O que há de novo no rural brasileiro?* Associação dos Geógrafos Brasileiros.
http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre/Alentejano.html. Acessado em 12 de novembro de 2005.

BAJARD, Elie. *Ler e Dizer: Compreensão e comunicação do texto escrito*. Coleção: Questões da nossa época V 28. São Paulo – SP. Cortez Editora. 1994. 118 p.

BARTHES, Roland. *Elementos da semiologia*. Tradução de Izidoro Blikstein. 15ª edição. São Paulo – SP. Editora Cultrix. 2003. 116 p.

BERLO, David K. *O processo da comunicação: Introdução à teoria e à prática*. Tradução de Jorge Arnaldo Fontes. 10ª edição. São Paulo – SP. Martins Fontes. 2003. 330 p.

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Vozes, 1999 – Petrópolis – RJ.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Coleção Espaços do Desenvolvimento. Rio de Janeiro – RJ. DP&A Editora. 2001. 237 p.

CAPORAL, Francisco R. Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.
<http://www.agirazul.com.br/artigos/caporal1.htm>. Acessado em 28 de novembro de 2005.

CASTRO, M. C. D. e, PORTUGAL, J. A. B.; (Ed.) *Perspectivas e Avanços em Laticínios*. Juiz de Fora: EPAMIG – Centro Tecnológico – ILCT, 2000. 278 p.

CAVALCANTE, Adeildo L. *Exportações de Lácteos: nova fonte de renda para o Brasil*. Revista Business Rural – Edição Eletrônica – www.businessrural.com.br/ed_17/agronegocio/exportacoes_de_lacteos.htm. Acessado em 12 de novembro de 2005.

CIMADEVILLA, Gustavo. *Comunicación, tecnología y desarrollo – Discusiones y perspectivas desde el sur*. (Comp). Universidad Nacional de Rio Cuarto. Rio Cuarto. Argentina. 1ª Ed. 2002.

Classificação mundial dos principais países produtores de leite – 2004 – FAO – Tabela – Elaboração: R. ZOCCAL - Embrapa Gado de Leite

<http://www.cnp.gl.embrapa.br/producao/dados2002/producao/tabela0212.php>.
Acessado em 12 de novembro de 2005.

Empréstimo do Governo Federal (EGF) Instrumento para a Estabilização do Agronegócio do Leite. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
<http://www.cna.org.br/Informacoes02/Set/art333.htm>. Acessado em 12 de novembro de 2005.

FIDALGO, António. *Semiótica, a lógica da comunicação*. Segunda Parte. Lingüística e Semiótica. Universidade da Beira Interior. Covilha. Portugal.
http://ubista.ubi.pt/~comum/fidalgo_logica_com_p2.html. Acessado em 12 de novembro de 2005.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 12ª edição. São Paulo – SP. Paz e Terra. 2002. 93 p.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin – 28ª edição. Paz e Terra. 2005. 79 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. 28ª edição. São Paulo – SP. Paz e Terra. 2003. 148 p.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*; tradução Álvaro Lorencini – São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 154 p.

GOMES, Sebastião T. *Afinal, qual é o custo do leite?* Março/2000.
[http://www.portaldoagronegocio.com.br/cp_leite/Art_134%20-%20AFINAL,%20QUAL%20%C9%20O%20CUSTO%20DO%20LEITE%20\(3-5-00\).pdf](http://www.portaldoagronegocio.com.br/cp_leite/Art_134%20-%20AFINAL,%20QUAL%20%C9%20O%20CUSTO%20DO%20LEITE%20(3-5-00).pdf). Acessado em 04 de novembro de 2005.

GOMES, Sebastião T. *Destinos do pequeno produtor de leite*. Fevereiro/1995.
[http://www.portaldoagronegocio.com.br/cp_leite/Art_078%20-%20DESTINOS%20DO%20PEQUENO%20PRODUTOR%20DE%20LEITE%20\(5-2-95\).pdf](http://www.portaldoagronegocio.com.br/cp_leite/Art_078%20-%20DESTINOS%20DO%20PEQUENO%20PRODUTOR%20DE%20LEITE%20(5-2-95).pdf). Acessado em 04 de novembro de 2005.

HAIDT, Regina Célia C.; *Curso Geral de Didática*. 7 Ed. 3ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2001, 327 p.

HORKHEIMER, Max; e ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antônio da Almeida. Rio de Janeiro – RJ. Jorge Zahar Editor, 1985. 254 p.

Informe Econômico do Leite – Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite – CNPGL/EMBRAPA – Sociologia do Agronegócio do Leite – Dezembro/2001 –
<http://www.cnp.gl.embrapa.br/jornal/jornalparahp.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2005.

Informativo do Instituto do Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais: INDI/P1/AI/001/EP-/05/03 A Indústria de Laticínios Brasileira e Mineira em Números – Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI –
<http://www.indi.mg.gov.br/publicacoes/Laticinios%202003.pdf>. Acessado em 12 de novembro de 2005.

JESUS, Eli L. Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais. Artigo. Agricultura Sustentável, Jaguariúna, v.3, n. ½, jan./dez. 1996.

LUCKESI, Cipriano C. *Filosofia da Educação*. Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor. São Paulo – SP. Cortez Editora. 1994. 183 p.

MESQUITA, Rosa M. *Comunicação não-verbal: Relevância na atuação profissional*. Revista Paulista de Educação Física. USP – São Paulo – SP. 11(2):155-63, jul./dez.1997.

MENEZES NETO, Antônio J. *Educação Sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários*. Boletim Técnico do SENAC, Volume 23 - Número 3 Setembro/Dezembro 1997.
<http://www.senac.br/informativo/BTS/233/boltec233d.htm>. Acessado em 11/11/2005.

O cupuaçu é nosso! – Organizações da Amazônia protestam contra a patente do cupuaçu – 19-04-2003 – Manaus (AM) –
http://www.greenpeace.org.br/amazonia/?conteudo_id=687&content=1&PHPSESSID=52052ce155128a37e9316400c8d40ec3. Acessado em 12 de novembro de 2005.

O agronegócio brasileiro – Desempenho, mercados e potencialidades. Revista de Política Agrícola, Secretaria de Política Agrícola/Ministério da Agricultura, out/nov/dez/2004.
http://www21.sede.embrapa.br/a_embrapa/unidades_centrais/sge/publicacoes/tecnico/Miolo_pol_Agr_4.pdf. Acessado em 12 de novembro de 2005.

PARRA, N. & PARRA, I. C. da C. *Técnicas Audiovisuais de Educação*. 5 ed., São Paulo: Pioneira, 1985. 204 p.

POCHMANN, Márcio. *O Emprego na Globalização: A nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil Escolheu*. Coleção: Mundo do trabalho.1ª reimpressão 2002. São Paulo – SP. Boitempo Editorial. 2002. 151 p.

PORTUGAL, J. A. B.; CASTRO, M. C. D. e, Silva, P.H.F. da, et al: (Ed.) *O Agronegócio do leite e os alimentos lácteos funcionais*. Juiz de Fora: EPAMIG – Centro Tecnológico – ILCT, 2001. 204 p.

QUEVEDO . et al, Antônio A. F., OLIVEIRA, José R. de, EGLÉR, Maria T. *Mobilidade, comunicação e educação: desafios à acessibilidade*. Campinas – SP. WVA Editora. 2000. 212 p.

RENTERO, Nelson. *Seis meses de prazo para ajustes*. Revista Balde Branco. Edição Especial. em http://www.baldebranco.com.br/materia_especial2.htm. Acessado em 12 de novembro de 2005.

RODRIGUES, Roberto. *Mapa moderniza estrutura interna para apoiar crescimento do agronegócio*. Carta da Agricultura. Revista de Política Agrícola. Secretaria de política Agrícola/Ministério da Agricultura. Jan/fev/mar/2005. em

http://www21.sede.embrapa.br/a_embrapa/unidades_centrais/sge/publicacoes/tecnico/politicaagricola/revista_XIV_n1.pdf. Acessado em 12 de novembro de 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 26ª edição. São Paulo: Cultrix. 2004. 279 p.

SERVAES, Jan. *El mundo, nuestro pueblo, una perspectiva culturalista hacia la comunicación para el cambio social*. Em CIMADEVILLA, Gustavo. *Comunicación, tecnología y desarrollo – Discusiones y perspectivas desde el sur*. (Comp). Universidad Nacional de Rio Cuarto. Rio Cuarto. Argentina. 1ª Ed. 2002.

SILVA et al, Geraldo, e MONIÉ, Frédéric. *A Mobilização produtiva dos territórios: Instituições e logística do desenvolvimento local*. Coleção Espaços do Desenvolvimento. Rio de Janeiro - RJ. DP&A Editora. 2003. 142 p.

SILVA, P.H.F. da; PORTUGAL, J. A. B.; CASTRO, M. C. D. e *Qualidade e competitividade em laticínios*. Juiz de Fora: EPAMIG – Centro Tecnológico – ILCT, 1999. 116 p.

SORIO Jr., Humberto, e HOFFMANN, Marco A. *Pastoreio Voisin : Caminho para a Pecuária Leiteira Lucrativa* Parte I. Acessado em 04 de novembro de 2005 em <http://www.guiabioagri.com.br/content/view/163/2/>

TORRES, Carlos Alberto. *Sociologia e Política da Educação*. 3ª ed. Coleção: Questões da nossa época V 9. São Paulo – SP. Cortez Editora. 2002. 104 p.

VIEIRA, José G. V. *Gerenciamento da Cadeia de Laticínios: uma oportunidade para as empresas da Zona da Mata de Minas Gerais*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, janeiro/2002, 175p.

VOLPI, Ronei e BRESSAN, Matheus. *Bases para programas de qualificação e habilitação de mão-de-obra para o negocio do leite*. Capítulo 8. Pág. 111 a 122. O Agronegócio do Leite no Brasil – Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. 262 p.

ANEXOS

Nesta seção, é apresentado o instrumento de pesquisa utilizado no estudo, o qual, direta ou indiretamente, foi importante para coleta e organização dos dados de campo.

8.1. Formulário de Pesquisa

Foco: Extensionistas EMATER

Identificação

Nome: _____

Formação : _____

Cidade onde atua: _____

Estado: _____

CARACTERIZAÇÃO DO EXTENSIONISTA

1. Anos de trabalho como extensionista
Menor que 2 ☐ entre 3-10 ☐ entre 11-20 ☐ maior que 20 ☐
2. Área geográfica atendida (no. de municípios):
1 ☐ 2-3 ☐ mais de 3 ☐
3. Número de propriedades atendidas
Menos que 10 ☐ entre 11-50 ☐ acima de 50 ☐
4. Frequência média de atendimento/visita?
Semanal ☐ quinzenal ☐ mensal ☐ semestral ☐ anual ☐

CARACTERIZAÇÃO DO ASSISTIDO

5. Percentual de propriedades assistidas que têm o leite como atividade principal.
Menos de 30% ☐ entre 30-50% ☐ acima de 50% ☐
6. Percentual dos produtores/proprietários assistidos que residem na propriedade.
Menos de 30% ☐ entre 30-50% ☐ acima de 50% ☐
7. Percentual dos produtores assistidos cujo negócio-leite é a principal ou única fonte de renda.
Menos de 30% ☐ entre 30-50% ☐ acima de 50% ☐
8. Percentual de propriedades assistidas com predominância de mão-de-obra familiar.
Menos de 30% ☐ entre 30-50% ☐ acima de 50% ☐
9. Faixa de produção (L/dia) da maioria (>50%) das propriedades assistidas.
Menos de 50 ☐ entre 50-100 ☐ acima de 100 ☐
10. Menor produção (L/dia) dentre as propriedades assistidas. _____
11. Maior produção (L/dia) dentre as propriedades assistidas. _____
12. Como classifica a capacidade empreendedora da maioria (>50%) dos produtores assistidos?
não-adotadores ☐ adotadores tardios ☐ adotadores ☐
inovadores ☐
13. Como classifica o empreendedorismo dos maiores produtores assistidos (faixa 10% superior).
não-adotadores ☐ adotadores tardios ☐ adotadores ☐
inovadores ☐
14. Como classifica o empreendedorismo dos menores produtores assistidos (faixa 10% inferior).
não-adotadores ☐ adotadores tardios ☐ adotadores ☐
inovadores ☐
15. Você percebe a construção da interface produtor/extensão, considerando a maioria (acima de 50%) dos produtores assistidos, como resultante de:
Necessidade ☐ curiosidade ☐

CARACTERIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA

16. Você observa alguma **relação quantitativa** entre o leite produzido e a participação da mão-de-obra familiar?

Sim ☐

Não ☐

-

maior ☐

menor

17. Você observa alguma **relação qualitativa** entre o leite produzido e a participação da mão-de-obra familiar?

Sim ☐

Não ☐

-

melhora ☐

piora

18. Você observa alguma **relação** entre a **gestão da produção de leite** e a participação da mão-de-obra familiar?

Sim ☐

Não ☐

-

melhora ☐

piora ☐

19. Percentual de propriedades assistidas que são receptivas a novas informações técnicas.

Menos de 30% ☐

entre 30-50% ☐

acima de 50% ☐

20. Percentual de propriedades assistidas que conseguem transformar informações técnicas em novos procedimentos tecnológicos.

Menos de 30% ☐

entre 30-50% ☐

acima de 50% ☐

21. Dificuldades encontradas no trabalho-de-campo de transferência de informação?

22. Quais destas dificuldades são percebidas na abordagem inicial?

23. Notou necessidade de fazer abordagens diferentes?

Sim ☐

Não ☐

24. Existe relação entre o tipo de abordagem requerida e o nível de produção das propriedades?

Sim ☐

Não ☐

25. Existe relação entre o tipo de abordagem requerida e o nível gestão das propriedades?

Sim ☐

Não ☐

26. É possível estabelecer relação entre a receptividade à informação tecnológica e o nível de organização da propriedade?

Sim ☐

Não ☐

27. Relaciona nível de escolarização com a receptividade à informação tecnológica?
Sim ☐ Não ☐

28. Observou mudanças na receptividade após o início dos trabalhos e/ou obtenção de resultados positivos nas propriedades assistidas?
Sim ☐ Não ☐

DINÂMICA DA ASSISTÊNCIA/LINGUAGEM INSTRUCIONAL

29. Qual a principal forma de divulgação de informações tecnológicas?

30. Quais os principais recursos utilizados na divulgação de informações tecnológicas?

31. Existe padronização dos recursos instrucionais utilizados na difusão de informações tecnológicas?
Sim ☐ Não ☐

32. Estes recursos são ajustáveis às variações socio-econômico-culturais ou há necessidade de confecção de material diferenciado?
Sim ☐ Não ☐

33. Quais recursos despertam maior interesse no seu público-alvo? (numere em ordem decrescente, 1,2,... , conferindo 1 ao mais importante)
Textos ☐ ilustrações ☐ cartilhas ☐ vídeos ☐
outros ☐

34. Quais as maiores necessidades de recursos instrucionais?
☐ Necessidade emergencial
☐ Necessidade de curto prazo
☐ Necessidade de médio prazo
☐ Necessidade de longo prazo

35. Quais necessidades não estão sendo atendidas pelos recursos instrucionais disponíveis?

36. Estas necessidades não atendidas são quantitativas ou qualitativas?

☐ Quantitativas

☐ Qualitativas

37. No contexto de sua área de atuação, assinale quais as estratégias/recursos instrucionais abaixo já fez uso, e, neste caso, qual a qualidade do resultado?

Dia de Campo	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Palestra	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Dramatização (teatro)	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Escola / filhos	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Vídeo	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
História em quadrinhos	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Dinâmica de grupo	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Rádio	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
TV (inserções)	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Programas (tipo Globo Rural)	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Gincana	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐
Jogos	Sim ☐	Nunca ☐	Bom ☐	Regular ☐	Inexpressivo ☐

38. No contexto de sua área de atuação, assinale sua impressão sobre as estratégias/recursos instrucionais abaixo.

Dia de Campo	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Palestra	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Dramatização (teatro)	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Escola	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Vídeo	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
História em quadrinhos	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Dinâmica de grupo	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Rádio	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
TV (inserções)	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Programas (tipo Globo Rural)	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Gincana	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐
Jogos	Fiquei curioso(a) ☐	Impraticável ☐	Difícil aplicação ☐	Interessante ☐	Muito interessante ☐

39. Existe relação entre o nível de produção ou de organização da propriedade e o interesse pelo tipo de recurso instrucional?

Sim ☐

Não ☐

40. O mesmo se aplica ao nível de escolaridade?

Sim ☐

Não ☐

41. O produtor percebe a educação como possibilidade de melhoria das próprias condições de vida e/ou eficiência na sua atividade?

Sim ☐

Não ☐

42. É possível estabelecer relação entre o nível de escolaridade e esta percepção?

Sim ☐

Não ☐

43. Notou diferenças no senso de oportunidade e empreendedorismo que possam estar relacionadas com o nível de escolaridade?

Sim ☐

Não ☐
